



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
CAMPUS SERRA DA CAPIVARA
ARQUEOLOGIA E PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL**

Andréia de Sousa Ribeiro

**O CONCEITO DE IDENTIDADE NO ESTUDO DA PRÉ –
HISTÓRIA: implicações teóricas**

São Raimundo Nonato, PI.
2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
ARQUEOLOGIA E PRESERVAÇÃO PATRIMONIAL**

Andréia de Sousa Ribeiro

**O CONCEITO DE IDENTIDADE NO ESTUDO DA PRÉ-
HISTÓRIA: implicações teóricas**

Monografia apresentada à
Universidade Federal do Vale do São
Francisco como requisito parcial à
obtenção do título de bacharel em
Arqueologia e Preservação
Patrimonial.

Orientador: Prof. Msc. Mauro Alexandre Farias Fontes

Co-orientador: Prof. Msc. Luiz Gonzaga Baião Filho

São Raimundo Nonato, PI.
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA E PRESERVAÇÃO
PATRIMONIAL


FOLHA DE APROVAÇÃO

Andréia de Sousa Ribeiro

O CONCEITO DE IDENTIDADE NO ESTUDO DA PRÉ-HISTÓRIA:
implicações teóricas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em Arqueologia e Preservação Patrimonial
pela Universidade Federal do Vale do São Francisco.


Prof. Msc. Mauro Alexandre Farias Fontes. UNIVASF
Orientador


Prof. Msc. Luiz Gonzaga Baião Filho. SEDUC
Co-orientador


Prof. Dr. Celito Kesting. UNIVASF


Prof. Msc. Vivian Karla Sena. UNIVASF

Aprovado pelo Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial em 08 / 11 /2010.

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

São Raimundo Nonato – PI, 17 de novembro de 2010.

Andréia de Sousa Ribeiro

andrea.viviribeiro@yahoo.com.br

R484c Ribeiro, Andréia de Sousa
O Conceito de identidade no estudo da pré-história: implicações teóricas /
Andréia de Sousa Ribeiro. --
São Raimundo Nonato, 2010.
ix.; 60 f. 29 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Vale
do São Francisco - UNIVASF, Campus Serra da Capivara, para graduação em
Arqueologia e Preservação Patrimonial, 2010.

Orientador: Mauro Alexandre Farias Fontes
Co-orientador: Luiz Gonzaga Baião Filho
Bibliografia

1. Arqueologia - Teoria. 2. Pré-História. 3. Cultura Material. I. Título. II.
Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 930. 1

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Biblioteca
SIBI/UNIVASF

Aos meus pais,
Raimundo Ney e Anacleto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Mauro Farias pela dedicação despendida na construção deste trabalho.

Ao Gonzaga pela colaboração e pelas conversas... muitas delas levarei para a vida toda.

Ao prof. Pedro Sanches pelas indicações iniciais, quando esta pesquisa não passava de “uma enorme vontade de saber mais sobre o tema”.

A prof. Fátima pelas oportunidades oferecidas ao longo do curso e pelo carinho;

A todos os professores que contribuíram na minha formação, Guilherme, Fabiano, Demétrio, Daniela, Celito, Vivian, Janaína, Waldimir Neto, Rodrigo, Pávula e Selma por toda atenção.

A todos os funcionários da UNIVASF e FUMDHAM pela prestatividade.

As mulheres da turma A3: Li, pelos conselhos e pelo companheirismo. E Pâm, pela amizade e paciência durante esses quatro anos.

Ao amigo Jaciguara (“desdenhador mor”) pelas risadas e por dividir sua sabedoria de forma humilde.

Ao Japa pelos inúmeros favores e pelo humor irônico.

Ao amigo Talisom pelo humor contagiante e pela troca de idéias sobre “teoria arqueológica”.

Ao Orestes (Coisa Ruim) por me ajudar com o “abstract”.

Ao Sebastião Lacerda pelos momentos de “cervejada” compartilhados.

Aos colegas da turma A3 ainda não citados: Felipe e Jouran.

Aos colegas das disciplinas “Métodos e Técnicas”: Annelise, Carolina, Cíntia Davis, Jaionara, Rafael, Tânia, Tiala e Sâmara, pelo aprendizado compartilhado e pelas boas risadas.

Aos demais colegas desta instituição cujo espaço não permite que sejam citados, mas que sabem são especiais.

A todos que trabalharam no ABHA, principalmente, a Ana Paula, Lia, Geane, Adriana e Sr. Sebastião, com os quais compartilhei momentos de alegria que jamais esquecerei.

A todos os colegas da UESPI, principalmente a Janá e a Té pela amizade.

As minhas irmãs: Jani e Katiana e ao meu cunhado Willams pelo apoio moral e pelo empréstimo dos computadores.

Aos meus pais: D. Ana e Sr. Raimundo pelo auxílio incondicional: financeiro, psicológico e afetivo.

Finalmente, às minhas pequenas sobrinhas: Anna Vitória e Waleska Maria, que nos momentos de *stress* me mostraram que rir é um passo para a liberdade.

Lo que nos hace arqueólogos, en antipodas de simples recolectores de trastos viejos, es el conjunto de reglas que usamos para transformar los hechos en relatos coherentes sobre el pasado (...). Y tales reglas, sean implícitas o explícitas, son de naturaleza teórica.

Matthew Johnson

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo identificar as ferramentas teóricas que possibilitaram a construção do conceito de identidade nas interpretações sobre a cultura material pré-histórica, dentro de três paradigmas arqueológicos: Histórico-Cultural, Processual e Pós-Processual. Aborda-se como cada paradigma despontou no cenário arqueológico, inserido no “tempo histórico” que lhe é específico, e a partir daí, fez-se inferências acerca das ferramentas teóricas que permitiram a atribuição das identidades sobre a cultura material. O mesmo procedimento de análise foi despendido sobre a Arqueologia no Brasil. Na literatura arqueológica, é notável a presença de trabalhos que utilizam o conceito seja para inferir identidades em *estudos de caso*, seja para discutir as problemáticas que envolvem a sua utilização. O crescente interesse por parte dos arqueólogos em discutir questões de identidade justifica as pesquisas que propõem analisar o modo como o conceito foi e está sendo utilizado. Neste trabalho, entende-se o conceito de identidade de duas formas: primeiro como objeto de análise; e segundo como sujeito mediador entre a teoria e a cultura material. Neste último sentido, esta pesquisa contribuiu para entender como vem se configurando o discurso arqueológico, no âmbito das propostas teóricas e interpretativas sobre os grupos pré-históricos. Cada paradigma se apropriou do conceito de identidade e lhe atribui diferentes sentidos.

Palavras-chave: Teoria Arqueológica. Identidade. Pré-história.

ABSTRACT

This study aimed to identify the theoretical tools that enabled the construction of identity in the interpretations of the material culture of prehistoric archaeological sites within three paradigms: Historical-Cultural and Post-Processual and Processualism. We discuss how each paradigm has emerged in the archaeological scenery, which inserted in "historical time" that is specific to it, and from there we did some inferences about the theoretical tools that allowed the assignment of identities on the material culture. The same analysis procedure was used on Archaeology in Brazil. In the archaeological literature, it is remarkable the presence of works that use this concept to infer identity in case studies or to discuss the issues surrounding its use. The increasing interest of the archaeologists to discuss issues about identity justifies the research designed to analyze how the concept was and is being used. In this work the concept of identity is understood in two ways: first as the object of analysis, and the second as a mediator between theory and material culture. In the second sense, this research contributed to understand how the discourse has emerged in the context of archaeological and interpretive theoretical proposals about the prehistoric groups. Each paradigm has appropriated the concept of identity and assigned different meanings.

Keywords: Archaeological Theory. Identity. Prehistory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 HISTÓRICO-CULTURALISMO E A IDENTIDADE	13
1.1 UMA PROPOSTA CIENTÍFICA.....	13
1.2 A BUSCA PELA IDENTIDADE: PONTAPÉ NOS ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS	17
1.3 O HISTÓRICO-CULTURALISMO NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	21
2 NOVA ARQUEOLOGIA: ANÁLISE DA ABORDAGEM PROCESSUAL	25
2.1 NOVAS PROPOSTAS.....	25
2.2 O CONCEITO DE “IDENTIDADE”: UM DISCURSO SILENCIADO.....	30
2.3 SOBRE A NOVA ARQUEOLOGIA NO BRASIL.....	35
3 PÓS-PROCESSUALISMO E A ANÁLISE DA IDENTIDADE	40
3.1 “UM SACO DE GATOS”	40
3.2 O RETORNO ÀS IDENTIDADES.....	44
3.3 PÓS-PROCESSUALISMO NO BRASIL: MULTIPLICIDADE DE ENFOQUES	48
4 A PRETEXTO DE CONCLUSÃO... ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56

INTRODUÇÃO

O termo *identidade* vem do latim, *identitas*, e pode ser definido como “o aspecto coletivo de um conjunto de características pelas quais algo é definitivamente reconhecível, ou conhecido” (FERREIRA, 2004, p.1066).

As discussões que envolvem esse conceito têm ganhado destaque dentro das ciências sociais em geral e, em particular, na Arqueologia a partir da segunda metade do século XX. Isso decorre dos debates trazidos com o processo de “globalização”¹ e a conseqüente necessidade de rever as noções de identidades. Este tema está sofrendo um processo de desconstrução, de forma que as identidades passam de uma visão essencialista, estática e unificada, para uma perspectiva que privilegia o caráter construtivo e múltiplo². Sobre esta última perspectiva Hall (2009, p.109) declara:

precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso é que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas...

É justamente no âmbito das identidades “historicamente construídas”, que se pode legitimar a pesquisa, uma vez que se busca mapear as ferramentas que possibilitam a construção do conceito identidade dentro dos paradigmas: Histórico-Cultural, Processual e Pós-processual.

Na literatura arqueológica, é notável a presença de trabalhos que utilizam o conceito seja para inferir identidades em estudos de caso, seja para discutir as problemáticas que envolvem a sua utilização. Nas revistas da Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), por exemplo, entre os anos de 2003 e 2009 (sete volumes), três deles (nº. 16, 17 e 19) têm o termo no título em um dos trabalhos, sendo que em um deles (nº16, ano 2003), aparece em três títulos distintos. Esses dados exemplificam o crescente interesse por parte dos arqueólogos em discutir questões de identidade. A recorrência justifica também as pesquisas que propõem analisar o modo como o conceito está sendo utilizado.

¹ “...a ‘globalização’ se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado.” (GIDDENS, 1990, p.64, apud HALL, 2006, p.67-68).

² Para maiores discussões a esse respeito ver Hall, 2006; Bauman, 2009; Woodward, 2009.

A questão da identidade na Arqueologia é particularmente complexa, tendo em vista que os trabalhos voltados para a pré-história têm a cultura material como principal fonte de análise. Muitos arqueólogos consideram que as identidades estão representadas materialmente, pois são formadas e mantidas não apenas por aspectos sociais e psíquicos, mas por elementos simbólicos, materiais e culturais (CASTRO, 2008). A complexidade se instaura na medida em que os estudos sobre esse tema têm trazido luz sobre a forma de construir nossas próprias identidades no presente (GAMBLE, 2002). Registrar como essa relação vem ocorrendo, possibilita, dentre outras coisas, perceber como se fundamenta o “pensamento arqueológico” referente, principalmente, as propostas teóricas e interpretativas.

Dadas as circunstâncias pretendemos, com este trabalho, buscar as ferramentas teóricas propostas pelos paradigmas³: Histórico-cultural, Processual e Pós-Processual na construção do conceito Identidade para representar os grupos pré-históricos. Ou seja, visamos refletir como os paradigmas propõem a utilização do termo de “identidade” nas abordagens sobre a cultura material. A escolha destes três paradigmas deve-se ao fato de nortear grande parte dos trabalhos desenvolvidos na Arqueologia desde o século XIX (quando foi proposto um *status* científico para a disciplina), e de maneira especial na Arqueologia realizada no Brasil.

Os paradigmas Histórico-Cultural, Processual e Pós-Processual são utilizados pelos arqueólogos na construção das identidades dos grupos humanos do passado. Dessa forma, a pergunta que norteia nossa análise é: Quais são as ferramentas ou elementos teóricos de cada paradigma que permitem a elaboração ou construção do conceito de identidade?

Dentro do nosso questionamento central, está intrínseca uma categoria norteadora nesta pesquisa: a *historicidade*. Utilizá-la-emos como uma das ferramentas de análise, pois ela nos possibilita observar cada paradigma dentro do *lugar* histórico (e científico) que cada um foi proposto.

Não pretendemos fazer uma apresentação dos paradigmas visando expor um “progresso linear” do pensamento arqueológico. O conceito de identidade é variável ao longo do tempo; procuraremos entender sua construção dentro de cada paradigma, pois eles têm sua lógica interna particular e devem ser considerados em

³ Concordamos com Thomas Kuhn (2006, p.13) de que paradigmas são as proposições e “...realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modulares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”

sua época, e circunstâncias singulares, não podendo subtrair-se da historicidade da própria condição (FUNARI, 2005).

Feito isso, esperamos que o presente trabalho possa contribuir para entendermos como vem se configurando o discurso arqueológico, no âmbito das propostas teóricas e interpretativas sobre os grupos pré-históricos, partindo dos três paradigmas já citados.

No primeiro capítulo, abordaremos como o paradigma Histórico-Cultural, despontou no cenário arqueológico, inserido no “tempo histórico” que lhe é específico, apresentando-o de forma panorâmica. A partir daí, faremos inferências acerca das ferramentas teóricas que permitem a atribuição das identidades sobre a cultura material de grupos pré-históricos. E em cada um dos paradigmas dedicaremos um tópico à análise dos mesmos na Arqueologia brasileira.

O mesmo procedimento de análise ocorrerá com os demais paradigmas: Processual e Pós-Processual, sendo respectivamente, o segundo e terceiro capítulos.

No último capítulo apresentaremos algumas reflexões sobre a análise realizada. É importante observar que esta pesquisa sofre muitas limitações (que estão intrínsecas ao tempo histórico e ao lugar social do pesquisador), neste sentido, não é nossa pretensão dar um ponto final no assunto aqui tratado, pelo contrário, é festivo saber de estudos que se contrapõem a este, ou que o procedem em seus limites, isso é o que consideramos ciência.

1 HISTÓRICO-CULTURALISMO E A IDENTIDADE

1.1 UMA ABORDAGEM CIENTÍFICA

A arqueologia começa por ser uma ciência classificadora (...) só depois de classificar os dados é que o arqueólogo os começa a interpretar, para lhes extrair a história.

Gordon Childe

O pensamento de Gordon Childe é ilustrativo da emergente *ciência moderna*, onde a matemática recebeu lugar central. Conhecer significava classificar para depois determinar relações sistemáticas entre o que se agrupou (SANTOS, 2008). Esse preceito se perpetua nas ciências sociais de modo geral, e na Arqueologia é muito marcada nos paradigmas Histórico-Cultural e Processual.

O histórico-culturalismo, impulsionado pelo processo indutivo, predominou nas referências de estudos arqueológicos desde fins do século XIX a meados do século seguinte (HODDER, 1994). De acordo com Juliano Rezende (2006, p.52), ele foi “a primeira ‘caixa de ferramentas’ organizada que os arqueólogos tiveram à disposição”.

Vamos iniciar a apresentação deste paradigma com uma problemática observada ao longo das leituras: a interpretação que se faz do paradigma histórico-cultural. Observamos que se costuma dividir (falando de forma simplista) em duas as “opiniões” referentes à Arqueologia realizada antes de 1960 (data de surgimento da *Nova Arqueologia*). Uma advoga que a Arqueologia deste período sofria de profunda sonolência teórica, sendo muito escasso o debate teórico. A outra nega esse ponto de vista e defende que este período contemplou intensos debates de diversos tipos. Os defensores da segunda opinião advogam ainda, que a importância da Nova Arqueologia para o desenvolvimento arqueológico tem sido muito exagerada (JOHNSON, 2000).

Concordamos, ainda que em parte, com a última posição. Partilhamos da idéia de que, as novas propostas teóricas lançadas à luz recebem, geralmente, atenção exagerada por parte dos seus contemporâneos, fazendo com que as teorias procedentes tenham seu valor e contribuições menosprezadas. Ressaltamos ainda, que somente analisando o paradigma histórico-cultural partindo de *seu* período histórico é que poderemos especular que esse período não teve seus estudos

isentos de teoria, mais ainda: que foi fundamental para o desenvolvimento teórico das pesquisas que se seguem.

O final do século XVIII é marcado pela idéia de secularização da história da humanidade, com a máxima da racionalização do Homem, notadamente do Ocidental. Isso decorre dos questionamentos acerca da *modernidade*⁴, já expressos na filosofia kantiana⁵ no século XVIII. O espírito da modernidade “permitia” o uso livre da razão pela humanidade (LOURDES, 2003), e surge em contraponto às idéias sustentadas por dogmas religiosos, que vale ressaltar, passam a ser vistas muitas vezes, como idéias falsas ou supersticiosas. Seguindo esses preceitos, as identidades coletivas que até então eram definidas sob aspectos religiosos, passam agora a serem determinadas sobre os conceitos de raça e etnia. Na Europa, por exemplo, “...o antissemitismo ganhou um novo sentido: os judeus que eram ‘forasteiros religiosos’ converteram-se em ‘forasteiros étnicos’” (MAGNOLI, 2009, p.36).

Este panorama perdura, através dos séculos, sendo a base dos marcos que cingem o século XIX e parte do século seguinte. Dadas essas condições, podemos segregar alguns aspectos que serão norteadores para entendermos a complexidade deste paradigma em linhas gerais.

O histórico-culturalismo surge em meados do século XIX na Europa, sob a égide de um mundo (europeu) polarizado entre as idéias de cunho *religioso* de um lado e as idéias de caráter “racional” de outro. Assim, sua “grande tarefa” era atribuir à Arqueologia um *status* científico (contrário aos estudos até então realizados que tinham as idéias bíblicas como referências), no sentido de estabelecer normas teóricas e metodológicas aplicáveis à pesquisa arqueológica (TRIGGER, 2004).

Analisando as idéias de caráter científico do século XIX, percebe-se que, ao menos as que pretendiam estudar o Homem em seus aspectos sociais, foram atingidas em cheio por duas grandes correntes de pensamento, que iriam

⁴ Uma das definições de modernidade diz que esse período representou um “...conjunto amplo de modificações nas estruturas sociais do Ocidente, a partir de um processo longo de racionalização da vida” (SILVA, K.V. & SILVA, M.H.,2006, p. 297). Para J. Habermas (2002) a modernidade é um conjunto de concepções representada nos âmbitos filosófico, científico e cultural.

⁵ Immanuel Kant (1724-1804) foi um teólogo de formação, mas dedicou maior parte de sua vida no estudo da Filosofia e a matemática. Suas obras mais importantes referem-se a problemas de metafísica e epistemologia, da moral e da estética. Nas palavras de P. Gardiner “[sua obra] é um produto característico do seu tempo [pois] corporiza uma crença no progresso humano e assenta numa concepção bem definida da natureza humana e do seu lugar no esquema geral das coisas” (GARDINER, 2004, p.27).

influenciar, em maior ou menor grau, as ciências humanas: o *Positivismo*⁶ e o *Marxismo*⁷. O marxismo partia do pressuposto de que o arqueólogo poderia chegar a reconstituir, por meio de inferências, as questões econômicas das sociedades estudadas. O positivismo buscava explicações gerais e leis estabelecidas que fossem capazes de explicar todas as sociedades humanas.

Os paradigmas citados foram apropriados pela Arqueologia, de acordo com os interesses de cada enfoque. Para estudos de povos pré-históricos, podemos dizer que muitos dos trabalhos e publicações do arqueólogo australiano Gordon Childe são representantes da apropriação do marxismo. Mas é importante assinalar que o pensamento de Childe sofreu uma lenta mudança, passando de um interesse por padrões de subsistência a uma concepção que priorizava aspectos da economia não ligados de modo fundamental a tais padrões (TRIGGER, 2004). Se buscássemos enxergá-lo sob títulos paradigmáticos, poderíamos dizer, não sem arbitrariedade, que Childe foi histórico-culturalista (ou mesmo difusionista) e posteriormente, marxista. Portanto, o pensamento marxista de Childe, representa a busca por uma explicação do registro arqueológico que o difusionismo histórico-cultural não poderia fornecer.

O histórico-culturalismo recebeu grande influência também da antropologia de Franz Boas. Para Boas, a doutrina do evolucionismo cultural devia ser substituída por dois preceitos: o *relativismo cultural*, que recusa a existência de qualquer padrão universal, aplicável na comparação do grau de desenvolvimento de diferentes culturas. E o *particularismo histórico*, que analisa cada cultura como produto único de desenvolvimento, no qual a difusão é preponderante no desencadeamento de mudanças (TRIGGER, 2004, p.148).

Outro aspecto relevante no paradigma histórico-cultural foi a análise da cultura material associada à história da região estudada. Nas palavras de G. Childe

⁶ A doutrina Positivista, esboçada por Auguste Comte no século XIX, designa conhecer a realidade a partir dos aspectos empíricos, ou seja, inversos aos aspectos metafísicos (e sobrenaturais) caracterizadores do que Comte denominou de "infância da Humanidade". Nas palavras de Comte "...o genuíno espírito positivo consiste sobretudo em ver para prever, em estudar o que é, a fim de concluir o que será, segundo o dogma geral da invariabilidade das leis naturais" (COMTE, A. *Discurso Sobre o Espírito Positivo*. Tradução: A. Geraldo da Silva. São Paulo: Escala, p.27).

⁷ O paradigma marxista originou-se no século XIX, a partir dos trabalhos de Karl Marx e Friedrich Engels. Dentre outras pretensões Marx propôs mostrar que o significado de uma teoria só pode ser compreendido em relação à prática histórica. Esse paradigma teve imensa repercussão teórica e política no século XX. (SILVA, K.V. & SILVA, M.H., 2006).

(1977, p.9) "a arqueologia é uma forma de história e não uma simples disciplina auxiliar. Os dados arqueológicos são documentos históricos por direito próprio e não meras abonações de textos escritos". O fato é que "...sempre que factível o histórico-culturalismo unia a pré-história com os períodos clássicos e históricos datados mediante as moedas ou os textos"(GAMBLE, 2002, p.35). Essa era uma forma de "...grupos étnicos e nacionais (...) saberem mais sobre sua pré-história..." (TRIGGER, 2004, p.199). Neste sentido, o nacionalismo, resultante da recente formação dos Estados-nacionais independentes desempenhou papel fundador no estudo arqueológico.

É importante assinalar que a junção de dados pré-históricos com elementos históricos (fontes escritas) foi utilizada, muitas vezes, na tentativa de atribuir uma *identidade* à cultura material.

Pontuamos a seguir alguns preceitos do histórico-culturalismo que consideramos fundamentais para, no próximo tópico, identificar as ferramentas teóricas que possibilitaram a construção do conceito de identidade⁸.

1. O histórico-culturalismo parte de uma concepção de ciência indutiva;
2. Buscava identificar grupos étnicos no passado, pontuando as continuidades entre o período pré-histórico e histórico;
3. Alinhou-se com a História, da qual muito se aproximou, e foi visto como capaz de fornecer percepções do desenvolvimento de povos específicos em tempos pré-históricos;
4. Centrou-se na definição de culturas arqueológicas, e empenhou-se em apresentar suas origens através da difusão e da migração;
5. Recebeu influência do relativismo cultural e do particularismo histórico e buscou documentar quando e onde povos pré-históricos viviam.

Sobre esta última premissa, Alcina Franch (1989, p.28) declara:

...el historicismo (...) representa un esfuerzo serio y profundamente científico por superar las numerosas deficiências ofrecidas por la excesivamente simplista orientación evolucionista clásica: toma del próprio evolucionismo aquellas ideas que considera más positivas y certeras, profundiza y refina su metodología y llega a crear uno de los cuadros interpretativos más universal, coherente y comprensivo de cuantos se habían elaborado hasta entonces,

⁸ As premissas são adaptadas de Trigger, 2004.

para explicar las grandes diferencias y profundas semejanzas entre las culturas del pasado y del presente de la Humanidad.

A partir dessa breve apresentação fica explícito que a Arqueologia realizada nesse período não foi desprovida de teoria. No histórico-culturalismo, a cultura material foi analisada sob a luz de teorias como o difusionismo e o historicismo.

1.2 A BUSCA PELA IDENTIDADE: PONTAPÉ NOS ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS.

Havia um tempo em que a arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico.

Michel Foucault

Bruce Trigger (2004, p.144), diz que no final do século XIX, na "...Europa Ocidental, o nacionalismo crescia à medida em que a expansão da industrialização aumentava a competição por mercados e recursos". Essa acentuada disputa política entre os países europeus, teve grande influência nas pesquisas e interpretações arqueológicas desse período, uma vez que se buscava na cultura material respaldo empírico para legitimação dessas recentes nações.

O nacionalismo, como teoria política, esteve visceralmente ligada ao "nascimento" da Arqueologia, enquanto disciplina produtora de conhecimento científico. Solange Schiavetto (2003, p.99) diz que:

[...] a arqueologia, desde o seu início como disciplina voltada para o passado material, seguiu ligada às questões étnicas e nacionalistas, fornecendo, muitas vezes, explicações de caráter científico que seriam usadas para questões políticas do presente.

Nesse sentido, o estudo arqueológico *tinha* como objetivo principal:

[...] determinar, muitas vezes com emprego de critérios fantasiosos, a que grupos étnicos os diversos achados pertenciam, de modo que as nações emergentes pudessem saber mais sobre o começo de sua história e sobre o modo como viviam seus ancestrais" (TRIGGER, 2004, p.145).

Ou seja, a associação entre etnia, cultura, cultura material e distribuição espacial foram as premissas básicas para construção teórica do conceito de identidade para os grupos pré-históricos dentro do paradigma histórico-cultural.

Na conjuntura desse paradigma, o binômio uma cultura/um povo forçava os pesquisadores a marginalizarem (ou mesmo ignorarem) as variações culturais. Isso fica claro na obra *Introdução à Arqueologia* de G. Childe (1977). Nela, ele defende que a busca pela unidade (padrão) nos artefatos é o melhor meio para estudar a cultura material, pois, "...só assim é possível reduzir a espantosa variedade da conduta humana à proporções ajustáveis ao tratamento científico" (p.15). Mostra também um arcabouço teórico baseado em um forte positivismo.

Neste paradigma, a relação entre cultura material e identidade ocorre da seguinte forma: "...a identidade se expressa materialmente através de conjuntos de objetos idênticos sendo reconstituível a partir das analogias materiais na sua espacialidade" (VALERA, 2008, p.4). Nesse âmbito de pensamento surge o método de *seriação*⁹ para classificar a cultura material.

Outro aspecto bem marcado no paradigma histórico-cultural são as noções de *fronteiras, homogeneidade, essência e continuidade* que foram enraizadas na noção de cultura como entidade, a qual servia de base à idéia de Nação, que deveria corresponder a um Estado, um Território. A cultura arqueológica seria uma materialização dessa identidade cultural (VALERA, 2008, p.4).

Vamos então aos 'termos – chave' que foram utilizados como ferramentas teóricas para 'identificar' a identidade dos grupos pré-históricos. São eles:

Cultura arqueológica: Como observado por Trigger, a crescente preocupação com a etnicidade, instigou a elaboração do conceito de *cultura arqueológica*. Muitos conceitos foram propostos, e todos eles possuíam, pelo menos, um traço em comum: o interesse em rastrear identidades étnicas através do registro arqueológico. Childe (1929, p.v-v i) apud Johnson(2000, p.33) definiu o conceito da seguinte forma:

Encontramos cierto tipo de restos – vasijas, implementos, ornamentos, ritos de entierro y formas de habitación- muy recurrentes. A este complejo de rasgos asociados lo podríamos

⁹ Seriação é uma "...técnica que permite ordenar unidades estilísticas (tipos) em seqüências cronológicas relativas. Segundo David Hurst Thomas [1998, p.246] a seriação tem como base a presunção de que os estilos culturais mudam e que a freqüência de aparição de um estilo particular ou decoração pode ser associado a um determinado período de tempo ..." (GAMBLE, 2002, p.16).

denominar 'grupo cultural' o simplemente 'cultura'. Suponemos que cada uno de esos complejos es la expresión material de lo que hoy llamaríamos un pueblo

Nesta definição, a *cultura* aparece como sinônimo de *civilização*. Dentro do registro arqueológico isso poderia ser analisado a partir dos artefatos "caracterizadores" de cada cultura. De acordo com Childe (1977, p.22) "os [artefatos] usados para distinguir culturas ou fases de culturas têm a designação de tipos-fósseis..."¹⁰. Partindo desse pressuposto os pesquisadores acreditavam que "mapeando as distribuições de tipos de artefatos característicos de determinados grupos tribais, seria possível determinar onde eles tinham vivido em diferentes períodos da pré-história" (TRIGGER, 2004, p.160).

De acordo com N. Bicho (2006) essa definição formulada por Gordon Childe foi uma das que teve maior influência entre os estudiosos da pré-história. Para Childe a cultura material refletia necessariamente a etnicidade, logo, semelhanças e diferenças na cultura material espelham semelhanças e diferenças ao nível étnico. Childe parte de uma visão *essencialista*, já que confunde identidade com unidade, continuidade e permanência¹¹.

Difusão/Migração: O difusionismo parte do pressuposto de que as inovações culturais seriam produzidas uma única vez e posteriormente difundidas através de contatos entre os povos. O conceito de migração foi usado para atenuar a idéia de que o desenvolvimento cultural ocorre a partir dos contatos, ou seja, com a inserção de fatores externos a cultura. Ambos os conceitos foram geralmente, utilizados para explicar as similaridades na cultura material dos grupos pré-históricos. No conceito de difusão estaria implícita a idéia de continuidade cultural; já no de migração além da continuidade, havia também mudança biológica, ou seja, troca de genes a partir dos contatos (TRIGGER, 2004). E os dois conceitos se opunham a idéia de evolucionismo cultural. Podemos falar ainda que ambos os conceitos menosprezavam a capacidade humana de inovação independente. Desta forma, "o crescente interesse das ciências sociais por variação cultural e difusão constitui um cenário que permitiu aos arqueólogos levar em conta as evidências de variação tanto temporal quanto espacial..." (TRIGGER, 2004, p. 152).

¹⁰ O termo "tipos-fósseis" corresponde ao de "fósseis-guia".

¹¹ A respeito da idéia de identidade *essencialista* ver Woodward, 2009.

Percebemos, com isso, que os conceitos permitiram aos “histórico-culturalistas” apontar as *fronteiras culturais* (a partir das semelhanças e diferenças) na cultura material, ao fazer isto, construíam o próprio discurso sobre a identidade.

Os conceitos de difusão e migração são importantes, para nosso trabalho, na medida em que entendemos que a identidade só pode ser estabelecida com a classificação do que é semelhante (e pertence a uma certa identidade) e o que é diferente (e compõe uma outra identidade). Ambos os conceitos possibilitaram explicar as analogias observadas na cultura material.

Nação/ Nacionalismo: Esses conceitos nos permitem responder ao seguinte questionamento: por que se buscou identidade étnica no registro arqueológico dentro do paradigma histórico-cultural?

De acordo com o historiador Eric Hobsbawm (1988, p.203-204) o termo “nacionalismo” apareceu, pela primeira vez em fins do século XIX, para descrever grupos de ideólogos de direita na França e na Itália, que levantavam de forma entusiástica a bandeira nacional contra os estrangeiros, e a favor da expansão “agressiva” de seus próprios Estados. A palavra “nação”, por sua vez, estava ligada ao fenômeno criado no mesmo século: o Estado-nação. Pois “...o Estado não só fazia a nação mas precisava fazer a nação” (HOBBSAWM, 1988, p.212). As identidades nacionais são então “comunidades imaginadas” (SILVA, 2009, p.85).

Para o propósito deste trabalho, entendemos que ambos os conceitos representam a condição de *unidade nacional*. Essa unidade foi acentuada com o argumento de que, dentro de cada nação, todos, independentemente de classe social, estavam unidos por uma herança biológica comum, que constituía o mais forte dos laços humanos (TRIGGER, 2004). Desta forma, a idéia de uma origem única, ou melhor, de um “passado único”, apresenta-se como ferramenta de valoração da nação. O momento histórico em que o paradigma histórico-cultural despontou exigia, por assim dizer, que o sentimento de nacionalidade fosse instigado. Esse sentimento foi tão forte que veio à luz na Europa do século XIX, uma *Arqueologia nacional* (TRIGGER, 2004, p.169), a qual estava sendo utilizada como forma de reforçar o orgulho e o moral de nações ou grupos étnicos.

A partir destes “conceitos-ferramenta”, fica explícito que o paradigma histórico-cultural buscava *identidades étnicas* na cultura material; sendo esta uma

tentativa de legitimar poderes políticos do presente, ou seja, legitimar a formação dos emergentes Estados-nação.

1.3 O HISTÓRICO-CULTURALISMO NO CONTEXTO BRASILEIRO

[...] na primeira metade do século XX, um dos quadros teóricos que orientavam as pesquisas em pré-história [no Brasil], era o difusionismo cultural. Concedia-se importância principal ao estudo das origens e migrações dos diferentes grupos étnicos...

Claudia Alves

A análise do desenvolvimento dos paradigmas, tendo em vista a construção do conceito de identidade, aqui no Brasil, é uma das tarefas mais complexas deste trabalho. Dentre outras coisas, por que entre os arqueólogos brasileiros sempre pareceu ser bem mais fácil rejeitar o desafio do nosso fazer teórico, delegando-o aos países ricos, mais ainda, o hábito da não explicitação teórica e conceitual (REIS, 2005) fazem desta parte da pesquisa um “árduo trabalho”. Mas, o trabalho árduo esconde uma face descontraída e leve. Esta última face é refletida nos textos de arqueólogos que mostram claramente os sintomas de uma mudança¹².

A pesquisa arqueológica no Brasil teve desenvolvimento incipiente até as quatro primeiras décadas do século XX. Ao falar das investigações ocorridas anteriores a essa data, falamos em uma fase puramente *especulativa* da arqueologia (MARTIN, 1997; MEGGERS, 1992). Um dos programas de pesquisa arqueológica visto como pioneiro na implantação de escavações sistemáticas com teoria e metodologia aplicadas é o PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas). Foi ele um programa dirigido pelo casal de americanos Clifford Evans e Betty Meggers, e financiado pelo *Smithsonian Institution* e CNPq. Pretendia “estabelecer as fases e o ‘estado de conhecimento’ da pré-história do Brasil” (MARTIN, 1997, p.26).

No entanto as contribuições estrangeiras no *pensamento* e no *fazer* arqueológico brasileiro antecederam o próprio PRONAPA com a vinda, por exemplo, de Paul Rivet, a convite do humanista Paulo Duarte. Foi Duarte quem criou a Comissão de Pré-história na Universidade de São Paulo, em 1952. Também lutou

¹² Talvez esta afirmação só ganhe sentido ao longo deste trabalho, com a discussão dos outros dois paradigmas no Brasil.

pela proteção jurídica da herança cultural brasileira e, como resultado de seu esforço, o Congresso Brasileiro promulgou uma legislação sobre o tema que visa à proteção dos sítios arqueológicos¹³.

Definir o arcabouço teórico do PRONAPA não é fácil, muitos debates a esse respeito foram levantados e têm sido pautas de discussões constantes. Por vezes, o programa é associado ao paradigma histórico-cultural. No entanto, há autores que não estão de todo convencidos acerca dessa associação, como por exemplo, Klaus Hilbert (2006; 2007). Segundo ele o que estava em voga nas décadas de 1950 e 60 no Brasil, eram as disputas entre idéias, reconhecimento, verba e influência que aconteceram entre evolucionistas e histórico-particularistas. Neste sentido, ele defende que:

[...] nem todas as abordagens que envolvem questões culturais no tempo e espaço são necessariamente histórico-culturais e nem todos que aplicavam metodologias de seriações, produzindo estratigrafias estatísticas, organizando culturas em seqüências são evolucionistas. (...) Tenho certeza de que os 'Pronapianos' tinham uma orientação definida no campo do Evolucionismo Cultural e não eram histórico-culturalistas empobrecidos (HILBERT, 2007, p.13).

Márcia A. Alves (2002, p.23-24) diz que o PRONAPA foi representante da vertente *processualista*. Segundo ela o paradigma processual "...começou a ser aplicado no Brasil, em estudos de cultura material cerâmica, em fins dos anos quarenta, em 1948/49, quando Clifford Evans e Betty Meggers, casaram-se e viajaram para a *Ilha de Marajó* no Baixo Amazonas...".

Por outro lado, Claudia Alves (1991, p. 51) ao falar das pesquisas do PRONAPA, voltadas para cerâmica, diz que elas tinham dois aspectos:

[...] no primeiro aspecto, numa perspectiva difusionista, procurava-se identificar os pontos de dispersão dos traços cerâmicos assim como a velocidade dessa dispersão, constatando-se as rotas dos elementos decorativos pintados, escovados e corrugado. Enquanto que, no segundo aspecto, utilizando-se os mesmos parâmetros, procurava-se distinguir grupos étnicos...

¹³ Projeto de Lei 3537/57, aprovado como Lei 3924, em 1961. Trata-se de uma lei federal de grande importância para proteção dos bens arqueológicos ainda hoje (FUNARI; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2008; FUNARI, 2002).

Dizer que o PRONAPA recebeu influência do paradigma histórico-cultural não é equivocado, uma vez que esse programa tinha a pretensão de elaborar "...uma seqüência do desenvolvimento cultural (...) e o conhecimento definitivo das direções de influências, migrações e difusão"¹⁴. Ainda assim, sabemos que a gama de enfoques teóricos que influenciaram esses pesquisadores não se restringiu ao difusionismo do paradigma histórico-cultural.

Outro aspecto que nos leva a fazer associação entre o PRONAPA e o paradigma histórico-cultural é a utilização por parte do primeiro do método de *seriação*, que foi uma das ferramentas metodológicas para a construção da identidade dos grupos pré-históricos pelo histórico-culturalismo.

Essa breve apresentação das (possíveis) analogias entre o PRONAPA e o paradigma histórico-cultural é somente para assinalarmos que aqui no Brasil até a década de 1980 predominou nas pesquisas arqueológicas a atribuição de *identidades étnicas*. A identidade "Tupiguarani" (sem hífen) construída a partir da cultura material pelo PRONAPA é um exemplo desse processo.

Um último aspecto de afinidade entre os dois, que podemos destacar, é que ambos foram essenciais na formação acadêmica de uma geração de arqueólogos, além de fornecer o quadro geral sobre a dispersão dos grupos étnicos (ou melhor, dos vestígios arqueológicos), de modo que, a partir daí, os arqueólogos pudessem investigar acerca dos grupos pré-históricos.

Após o encerramento do PRONAPA, o Museu Paraense Emílio Goeldi elaborou um projeto semelhante, voltado exclusivamente para a bacia amazônica: o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica-PRONAPABA.

As pesquisas desencadeadas pelo PRONAPABA e posteriormente difundidas por pesquisadores sem vínculo com o programa voltaram-se, notadamente, para os artefatos cerâmicos. Segundo o arqueólogo André Prous (1992), isso se deve ao fato de (geralmente) esses artefatos estarem presentes no sítio em grande quantidade, "ofuscando", os demais vestígios. Atrelado a questão da quantidade, enfatizou-se o estudo dos artefatos cerâmicos porque eles poderiam indicar as migrações dos grupos étnicos pré-históricos representados, principalmente, nos tratamentos de superfícies (decoração externa). Grande parte dos pesquisadores

¹⁴ Evans, 1967, p.9, apud Alves, 1991, p.54.

debruçados sobre esses vestígios buscou apresentar cronologias, rotas de migração e origem dos grupos ceramistas. Para isso, foram criadas as tradições ceramistas¹⁵.

Feita essa exposição sobre as pesquisas pré-históricas no Brasil, até a década de 1980, fica evidente que, primeiro o PRONAPA, depois o PRONAPABA se utilizaram de algumas ferramentas do histórico-culturalismo, como os conceitos de Cultura Arqueológica, Difusão/Migração, além dos conceitos de *Tradição e Fase*, que possibilitaram a construção das identidades étnicas, a princípio para as cerâmicas e posteriormente para outros aspectos da cultura material.

No entanto há uma distinção fundamental entre os trabalhos realizados no histórico-culturalismo praticado na Europa e as influências que teve no Brasil. Enquanto lá os estudos arqueológicos foram impulsionados, principalmente, pelo nacionalismo, e a atribuição de identidades étnicas surgiu em consequência, para legitimar o poder político (que envolvia também a disputa por territórios), no Brasil, essa realidade não vigorou.

Na América de forma geral, ao falarmos no estudo de grupos pré-históricos, falamos no estudo do “outro”, e esse *outro* que é marcado pela ruptura conceitual *pré-história/história* não faz parte das nações construídas pelo discurso histórico. Isso ocorre porque na América “*las poblaciones anteriores a la conquista no tenían nada que ver con las elites que gobernaban los países, que eran de origen europeo*” (DÍAZ-ANDREU, 2001, p.6). Enquanto “os europeus sentiam-se emocionalmente envolvidos no que consideravam o estudo de sua pré-história, os [americanos] continuaram a ver o registro arqueológico como o produto de um povo estranho” (TRIGGER, 2004, p.199).

O sentimento nacionalista desenvolvido na Europa, no século XIX, não poder ser comparado ao sentimento de nacionalidade despontado no Brasil, na segunda metade do século XX. Desta forma, acreditamos que os conceitos de Nação e Nacionalismo não foram preponderantes para construção do conceito de identidade na Arqueologia brasileira.

¹⁵ De acordo com Alves (1991, p.35) "o termo tradição foi empregado para designar uma unidade cultural mais ampla que uma fase [as fases seriam caracterizadas por tipos específicos de artefatos, padrões de habitação, com um complexo cerâmico, relacionado no tempo e no espaço, num ou mais sítios]; ela cobriria uma área e/ou um tempo maior de duração. Uma tradição era estabelecida pelas características das fases que a constituem".

2 NOVA ARQUEOLOGIA: UMA ANÁLISE DA ABORDAGEM PROCESSUAL

2.1 NOVAS PROPOSTAS

Precisamos de jazidas que preservem coisas do passado; mas precisamos igualmente de ferramentas teóricas para dar sentido a essas coisas quando as encontramos.

Lewis Binford

A Nova Arqueologia predominou nas pesquisas arqueológicas desde a década de 1960 até 1980. Sob a bandeira deste paradigma reuniu-se um grupo diverso de arqueólogos com diferentes enfoques teóricos, e o que os “unia” era a insatisfação com a situação da abordagem arqueológica de então, ou seja, da abordagem histórico-cultural (JOHNSON, 2000). Sobre isso, Lewis Binford (1983, p.134), principal difusor das idéias da Nova Arqueologia, expressou: “o meu objectivo é apenas o de argumentar (...) contra certos pontos de vista sobre a interpretação do registro arqueológico então corrente”. Os “pontos de vistas” referidos por Binford dizem respeito, principalmente, à demasiada descrição dos vestígios arqueológicos e à escassez explicativa sobre o comportamento humano.

Analisaremos esse paradigma sob a luz da seguinte afirmação apresentada por Trigger (2004, p.304)¹⁶: “os críticos afirmam que a Nova Arqueologia representou uma revolução na técnica e na metodologia, mas não na teoria arqueologia propriamente dita”. Consideramos essa uma questão válida (ainda que seja polêmica) para pensarmos esse paradigma, pois destacaremos as *novas* abordagens propostas sobre o paradigma então dominante. Desta forma, podemos apresentar algumas analogias observadas ao longo do corpo teórico das correntes histórico-cultural e processual, para depois, estabelecermos as ferramentas teóricas que possibilitaram a construção do conceito de identidade dentro do paradigma processual.

Começamos então pelo lugar social e o tempo histórico. O espírito do tempo era outro, ou seja, o período histórico e social em que se desenvolveu o paradigma processual já não era a Europa do século XIX, mas os Estados Unidos em meados do século XX. Este país havia acabado de sair da Segunda Guerra Mundial como potência econômica, e isso influenciou diretamente em alguns preceitos desse

¹⁶ É importante ressaltar que o autor não defende essa postura crítica, ele apenas apresenta-a e discute.

paradigma. Mais ainda, essa mudança de paradigma na Arqueologia não ocorre de forma isolada das demais disciplinas (tanto das ciências naturais quanto sociais). O período denominado de pós-guerra é marcado por mudanças que atingem *também* a disciplina arqueológica, dentre elas, a busca pelo *tecnicismo*.

O referencial teórico da Arqueologia Processual deriva do neoevolucionismo¹⁷, da Filosofia da Ciência, da Teoria dos Sistemas, do Positivismo Lógico, entre outros (REIS, 2003). David Clarke, na obra *Arqueologia Analítica* (1984, p. XIII) expressa um dos objetivos do paradigma emergente logo no prefácio, dizendo que:

los análisis matemáticos, estadísticos y computados de los datos arqueológicos asegurarán que los hasta ahora tácitos e ingenuos modelos arqueológicos sean más viables y explícitos o bien sean abandonados y eventualmente sustituidos. Estos modelos pasarán del modelo icónico al análogo, y luego a modelos simbólicos de muchas clases, susceptibles de ser tratados en la computadora y de garantizar un desarrollo más poderoso y generalizado de axiomas y principios sintetizadores en el seno de la disciplina arqueológica.

Nesta passagem, fica clara a proposta de superar ou mesmo substituir os modelos até então correntes: as ciências naturais ganham papel de destaque para pensar os modelos de explicação dos grupos pré-históricos. A análise estatística é vista como meio de fornecer maior plausibilidade às interpretações do registro arqueológico, de forma que o estudo baseia-se no subsistema *observável* (material). Em outras palavras, “o rigor científico afere-se pelo rigor das medições” (SANTOS, 2008, p.27). Vale ressaltar ainda, que essa revolução no estudo da pré-história dentro de um contexto explicitamente antropológico (FRANCH, 1989), baseava-se no modelo de ciência moderna construído contra o *senso comum* que considerava superficial, ilusório e falso (SANTOS, 2008, p.89).

Sobre as inovações técnicas podemos dizer que o período posterior a Segunda Guerra Mundial alcançou um verdadeiro “boom” no número e no alcance das técnicas usadas pelos arqueólogos, incluindo o estudo dos restos ambientais, a

¹⁷Os principais expoentes deste enfoque na década de 1950 foram os etnólogos Leslie White e Julian Steward. White definia as culturas como sistemas totais integrados, onde os subsistemas principais são: o *tecnológico*; o *sociológico* e o *ideológico*. White criou ainda o conceito de *determinismo tecnológico* como uma “lei básica da evolução”, onde a cultura é uma parte integrante de todo o sistema cultural e, portanto, evolui à medida que a quantidade de energia utilizada *per capita* aumenta, ou à medida que aumenta a eficiência da aplicação da energia ao trabalho. A lei é resumida na fórmula: Cultura = Energia x Tecnologia (C = ExT) (TRIGGER, 2004, p.283). Para Steward, o determinismo ecológico é a chave para entendimento das culturas enquanto sistemas integrados com ambiente na qual estão inseridas.

elaboração de diagramas de pólen, o uso de técnicas de datação absolutas como o radiocarbono (C 14), além do estudo dos solos, entre outros (JOHNSON, 2000, p.56). Sobre a aplicabilidade das técnicas absolutas Gamble (2002, p.77) diz que elas

[permitiram] a los arqueólogos comparar culturas y procesos a nivel planetario. Los hallazgos arqueológicos locales pudieron de esta forma ser incorporados a la historia del mundo, de modo que se pudieron poner las bases para el desarrollo de un enfoque comparativo lo suficientemente globalizador.

O crescente interesse pela tecnologia, fez com que fosse exigido das ciências certas habilidades correspondentes às expectativas tecnológicas de então: a construção de uma “história do mundo”. A Nova Arqueologia seguiu sob a liderança das ciências sociais generalizadoras como a economia, a ciência política, a sociologia, entre outras, propondo-se capaz de produzir generalizações objetivas e eticamente neutras, úteis à administração das sociedades modernas (TRIGGER, 2004, p.305).

Muitos arqueólogos norte-americanos, a fim de produzir achados “relevantes” que justificassem um lugar de honra na arqueologia numa sociedade onde “a eficiência tecnocrática era considerado o valor supremo” [sic], viam-se obrigados a *desviar-se da compreensão histórica do passado* para criar generalizações a respeito do comportamento humano, a marca de sucesso para os cientistas sociais (TRIGGER, 2004, p.305-306, grifo meu).

Daí a Arqueologia afastar-se da História enquanto paradigma conceitual, e aproximar-se mais da Antropologia. O enfoque “anti-histórico” da Nova Arqueologia pode ser visto como reflexo ideológico de um crescente intervencionismo político e econômico dos Estados Unidos, numa escala global, depois da Segunda Guerra Mundial. Numa passagem esclarecedora Trigger (2004, p.306) diz:

Negando o valor de tais estudos, [entre arqueologia e nacionalismo] a Nova Arqueologia insinuou a falta de importância das tradições nacionais, e de qualquer coisa que se interpusesse como impedimento à atividade econômica e à influência política norte-americana (...) [e] embora os adeptos da Nova Arqueologia não tenham sido agentes conscientes da propaganda da hegemonia econômica e política dos Estados Unidos, seu programa parece estar de acordo com esta política.

As propostas de *leis universais* de comportamento humano, trazidas à luz por este paradigma, de certa forma, neutralizam o sentimento de pertença nacional (ou local) presentes até então. Neste âmbito, vale dizermos que a Nova Arqueologia recebeu grande influência da *antropologia social* americana, notadamente de dois pensadores do início do século XX, Malinowsky e Radcliffe Brown. Ambos os autores sustentavam que o comportamento humano pode ser mais bem compreendido em relação a sistemas sociais de elementos funcionalmente interdependentes (TRIGGER, 2004, p.237). Essa perspectiva *funcionalista* rompe com o enfoque historicista da antropologia de Franz Boas, que havia influenciado o paradigma histórico-cultural¹⁸. O sociólogo Émile Durkheim também deve ser visto como precursor das idéias funcionalistas e sistêmicas para estudo das sociedades. Ele argumentava que as sociedades constituem sistemas integrados, cujas instituições se interrelacionam como partes de um organismo vivo (TRIGGER, 2004, p.238). Aliás, a metáfora “organismo vivo” foi muito utilizada nas publicações desse período para se referir à sociedade estudada, enquanto forma representativa da unidade social vista como um sistema funcionalmente integrado.

Um dos aspectos ilustrativos da apropriação da disciplina antropológica pelo processualismo é o conceito de cultura cunhado por Binford. Ele definiu cultura como “*un sistema extrassomático de adaptación, que es empleado en la integración de una sociedad con su ambiente y con otros sistemas socioculturales*” (BINFORD apud FRANCH, 1989, p.80). O conceito mostra também uma visão materialista da cultura. Sobre a influência da antropologia na Nova Arqueologia, Clarke (1984, p.9-10) argumenta que “*los datos arqueológicos no son datos históricos y, por conseguinte, la arqueología no es historia (...) la arqueología es entre otras cosas la dimensión temporal de la antropología y la etnología*”. Essa passagem mostra o oposto do pensamento de Childe para a arqueologia histórico-culturalista.

Outra distinção fundamental que pode ser observada entre os paradigmas histórico-cultural e o processual é a descentralização por parte deste último da análise sobre os objetos exóticos e belos esteticamente, uma vez que o importante agora é a análise do sistema cultural como um todo. José Alcina Franch (1989, p.87) diz que ao invés de “*...atender, fundamentalmente, a las ‘cualidades’ de los objetos o artefactos del registro arqueológico, se pasa a contemplarlos desde una perspectiva*

¹⁸ Para Franz Boas o passado de uma cultura é o que possibilita explicá-la ou torná-la compreensível (FRANCH, 1989, p.31).

cuantitativa". Neste sentido, a proposta de classificação por *tipologia*¹⁹ sofre significativa mudança.

Uma frase que teve grande repercussão, e que para alguns define a Nova Arqueologia é a que diz "a arqueologia americana é Antropologia ou não é nada" (WILLEY e PHILLIPS 1958, apud FRANCH, 1989, p.64). Posteriormente o termo "americana" foi retirado, se tornando uma generalização à disciplina arqueológica. Essa afirmação decorre de dois pressupostos teóricos: o primeiro é a crença de que a Antropologia é mais "científica" que a História; e a segunda é considerar que o objeto de estudo da Antropologia é duplo: sociedade e cultura (FRANCH, 1989). Sobre o primeiro pressuposto, já foi observado o viés anti-histórico na Nova Arqueologia, por conseguinte, para esse paradigma a Arqueologia é uma ciência que tem por objetivo o estudo e a explicação do comportamento humano, ainda que, o comportamento corresponda ao passado das sociedades humanas e para isso, tenha que utilizar evidências ou restos materiais.

Arelado a ambos os pressupostos, há também o contexto histórico do próprio paradigma processual. Existe uma distinção fundamental sobre o estudo do passado humano entre as sociedades americanas e as européias: enquanto, as primeiras analisam o passado sob um viés antropológico (com a conotação de que se estuda o "outro"), as últimas buscam as continuidades, percebidas através do estudo histórico, entre o passado e o presente. O etnólogo Denys Cuche (2002, p. 66) explicita esta situação na América do Norte dizendo:

Os Estados Unidos sempre se consideraram um país de imigrantes de diferentes origens culturais. Nos Estados Unidos a imigração funda e precede então a nação que se reconhece nação pluriétnica. O mito nacional americano segundo o qual a legitimidade da cidadania é quase ligada à imigração (...) leva a considerar os Índios, que não são, por definição, imigrantes, e os Negros, cuja imigração foi forçada, como não sendo totalmente americanos.

Esta condição de não-reconhecimento de alguns "grupos culturais" como pertencentes ao passado "pré-histórico" reflete o respaldo antropológico da arqueologia americana. Ainda que não tenhamos como intuito principal discutir o *status* científico das disciplinas, ressaltamos que a partir dessa dicotomia (se a

¹⁹ De acordo com Prous (1992, p.59) a tipologia é uma ciência classificatória. E, segundo o princípio desta ciência "os objetos são colocados em categorias (tipos) que podem ser morfológicas (em função de sua forma), tecnológicas (em função da fabricação), funcionais (finalidade dos artefatos) ou estilísticas".

arqueologia tem como referencial a História ou Antropologia) nos encontramos diante de uma questão epistemológica que perdura desde então no bojo de debates teóricos. No entanto, atualmente a tendência prega o “não engessamento” em uma das disciplinas como referencial teórico, mas a utilização de ambas em proveito mútuo acerca do conhecimento do passado humano.

Para sintetizar, explicitamos a seguir, as principais mudanças propostas pela Nova Arqueologia, que consideramos essenciais para este trabalho²⁰:

1. Passa de uma disciplina histórica, para uma ciência experimental em que são elaborados modelos e hipóteses contrastáveis com a realidade;
2. De uma expressão literária, passa a uma linguagem simbólica, geralmente matemática e estatística que é mais internacional e interdisciplinar;
3. De uma disciplina que visava o singular e o único, transforma-se em um campo que tem o estabelecimento de generalizações, mediante a classificação e tipologia morfológica ou mediante a elaboração de modelos de comportamento;
4. Propõe a explicação do registro arqueológico ao invés da demasiada descrição e interpretação histórico-cultural;
5. Utiliza a concepção de ciência dedutivista ao invés do indutivismo;

Estas mudanças mostram-se configuradas não só no campo da prática arqueológica, mas também no campo teórico, uma vez que estes são indissociáveis. É indubitável que as inovações propostas pela Nova Arqueologia ocorreram no modo de *pensar e fazer* a Arqueologia.

3.2 O CONCEITO DE “IDENTIDADE”: UM DISCURSO SILENCIADO

Se nos limitarmos a organizar agrupamentos de coisas parecidas, podemos ter a certeza que nunca chegaremos a ver um sistema como ele na realidade é. Precisamos de métodos que nos permitam juntar de maneira fidedigna os diferentes

²⁰ Os três primeiros pontos foram adaptados de Franch, 1989; os dois últimos foram adaptados de Bahn e Refrew, 1998.

aspectos arqueológicos de que se pode revestir um mesmo sistema.

Lewis Binford.

Sob a denominação “Nova Arqueologia” reuniu-se diversos enfoques teóricos. Para pensarmos o conceito de identidade dentro deste paradigma, nos deteremos apenas em dois: o *processual* e o *funcional*. Ou o que Paul Bahn e Colin Renfrew (1998) chamaram de “processual-funcionalista”. Esses enfoques exigiram dos processualistas preceitos até então “estranhos” aos arqueólogos histórico-culturais. Afinal, um novo período histórico (geralmente) pede novos fundamentos teóricos. Neste sentido, eles forneceram os elementos que fizeram do conceito de identidade um discurso silenciado.

Vamos tentar explicitar isto de forma pormenorizada a seguir. O funcionalismo buscou determinar como os seres humanos viveram nos tempos pré-históricos, reconstruindo, tanto quanto possível, sua economia, sua organização política e social; o enfoque processual centrou-se na análise do funcionamento dos distintos aspectos da sociedade, e o modo como eles se organizam com o fim de explicar o desenvolvimento da sociedade em seu conjunto ao longo do tempo (BAHN e RENFREW, 1998, p.431).

Na década de 1970, Binford propôs a Teoria de Médio Alcance, que teve como pressuposto a seguinte questão: como extrair do registro arqueológico estático o dinamismo das sociedades do passado? A resposta, segundo ele, estaria nos estudos etnográficos; estes estudos permitiriam elaborar questões que o histórico-culturalismo ainda não havia proposto como: o que significa? Como eram? (REIS, 2003, p.88). É justamente nessa proposta de lançar questionamentos até então não propostos, que o processualismo deixa implícito o conceito de identidade.

O ambiente social e político da época não exigia que as pesquisas arqueológicas tivessem como prioridade a definição de identidades (étnica, ou qualquer outra) sobre a cultura material. Como assinalou Funari (2003, p.104):

Um dos objetivos da New Archaeology americana era, explicitamente, estudar modos de domínio da natureza por parte dos antigos habitantes indígenas, para permitir a utilização desse conhecimento no planejamento da futura exploração econômica das regiões estudadas pelos arqueólogos, na forma da implantação de indústria ou agricultura capitalista.

Neste sentido, “...o funcionalismo praticamente ignorou as questões da identidade” (VALERA, 2008, p.4). Isso porque a ênfase dada à explicação acerca do funcionamento do comportamento humano mostrava-se mais pertinente com os interesses norteadores desse paradigma.

Este é um dos aspectos que singulariza este paradigma, distanciando-o do histórico-culturalismo, no que diz respeito às propostas teóricas e a interpretação da cultura material.

Consideramos ainda “processo cultural” um dos conceitos-chave para entender o paradigma processual. A definição deste conceito não se encontra explícita entre os processualistas, mas está relacionada a alguns preceitos da corrente, tais como, a necessidade de explicar o registro arqueológico; a percepção dos artefatos como unidades de um sistema (comercial, cultural, social) mais amplo; e a observação das mudanças a longo prazo (JOHNSON, 2000).

Sobre as interações de longa duração entre grupos humanos e o meio ambiente, os estudos arqueológicos poderiam fornecer informações que seriam valiosas para o planejamento econômico moderno (TRIGGER, 2004, p.305). Nessa perspectiva, a Nova Arqueologia compartilha muita das preocupações com os historiadores do movimento dos *Annales*²¹.

O segundo enfoque que propomos para pensar o conceito de identidade é o processual. Sob a influência do enfoque processual, explicar, mais do que apenas descrever, exigiu a elaboração de generalizações válidas sobre o comportamento humano (BAHN e RENFREW, 1998, p.37). Uma das grandes propostas da Nova Arqueologia foi a aplicação de um método que permita verificar o grau de validade de hipótese, e a criação de modelos gerais de interpretação. Sem uma metodologia de avaliação das idéias, acreditavam os “novos arqueólogos” que ficaríamos numa situação de total liberdade para inventar diversas histórias sobre o passado, sem que tivéssemos garantia de que alguma delas pudesse estar correta. Segundo Binford (1983, p. 290).

...precisamos de métodos de inferência melhores. Não nos podemos limitar a seguir a musa da curiosidade e especular

²¹ O termo “longa duração” foi visto pelos historiadores dos *Annales* como um “termo técnico (...) que foi utilizado por Braudel em seu famoso artigo (Braudel, 1958)”. Também utilizado no seu livro *Mediterrâneo* para designar uma longuíssima história ritmada em longos períodos, através dos séculos (BURKE, 1997, p.131).

sobre o modo como as coisas aconteceram. Temos de desenvolver métodos para avaliar as idéias que criamos, e temos também de encarar seriamente a possibilidade real de as nossas perguntas estarem mal formuladas.

A elaboração de hipóteses gerais, ou modelos de comportamento são bem documentadas, por exemplo, em Clarke (1984). E a contrastação das hipóteses foi uma das reivindicações comuns entre os processualistas, frente ao histórico-culturalismo. A Nova Arqueologia partiu do princípio de que todos os arqueólogos procedam de onde procedam, fazem uso de analogias para buscar uma ponte entre o passado e o presente²². David Clarke (1984, p.16), por exemplo, declarou que se os objetivos dos arqueólogos variam, a análise dos dados arqueológicos pode tomar rumos variáveis, dando perspectivas diferentes dos mesmos “feitos”, sem necessidade de declarar que algum esteja errado. O que deve ser feito, segundo ele, para que uma perspectiva ganhe validade científica é buscar o máximo de respostas coincidentes.

Até aqui expomos, ainda que de forma breve, as linhas gerais dos enfoques processual e funcional, e ficou evidente que as influências derivadas da Antropologia não pretendiam, em primeira instância, nomear as culturas arqueológicas, ou melhor, atribuir identidades a elas, mas sim compreendê-las nos aspectos de interação social e sócio-ambiental. No entanto, é importante destacar que os “novos arqueólogos” não desacreditavam na possibilidade de “identificar”, no registro arqueológico grupos étnicos. Clarke (1984, p.223-224), por exemplo, diz:

Las subculturas étnicas son minorias genéticamente relacionadas y distintas presentes en una cultura “foránea”. Estas subculturas étnicas suelen distinguirse facilmente durante cierto tiempo por sus atributos y artefactos tradicionales (...) Arqueologicamente, esos grupos étnicos son importantes por representar, con frecuencia, el acabamiento o ‘muerte’ de un conjunto cultural (...) No importa que la minoría sea una potente casta intrusiva o un grupo aborígen aislado; el proceso de integración es inevitable...

O pensamento de Clarke mostra que a busca por identidades, assim como no histórico-culturalismo, ocorre com a distinção dos atributos e artefatos caracterizadores (um padrão reconhecível materialmente), mas o objetivo não é mais a legitimação de propriedade do espaço no qual a cultura arqueológica está inserida, e sim a compreensão das relações entre os grupos culturais.

²² Johnson, 2000, p.71.

Enquanto no histórico-culturalismo os artefatos representavam “de fato” a cultura arqueológica, que por sua vez, simbolizava um povo, uma nação; no processualismo, os conjuntos de artefatos passam a ser vistos dentro dos subsistemas (técnico-funcional, ideo-funcional e sócio-funcional) que compõem o sistema cultural total. E esse sistema cultural total é o que permite reconhecer a identidade do grupo.

A proposta de Binford, com a publicação do importante artigo *Archaeology as Anthropology* (1962) era a reconstrução completa dos sistemas culturais das sociedades pretéritas. Para isso, três manifestações culturais deveriam ser estudadas: técnico-funcionais, sócio-funcionais e ideo-funcionais²³ (HILBERT, 2007, p.126). Mas também aí o estudo das relações sócio-econômicas dos grupos com o ambiente é privilegiado ficando silenciado, ou, ao menos em segundo plano, o discurso sobre as identidades. Vejamos por que.

A pouca ênfase dada ao conceito de identidade (neste paradigma sinônimo de sistema cultural) está atrelada ao estudo dos subsistemas separadamente.

Embora a Nova Arqueologia advogasse o estudo de todos os aspectos de sistemas culturais, as publicações arqueológicas mostram que a maioria dos novos arqueólogos concentraram-se em padrões de subsistência, comércio e, em menor grau, na organização social (...) Aspectos do comportamento humano, tais como crenças religiosas, estética e conhecimento científico, receberam pouca atenção (TRIGGER, 2004, p.318).

Embasados em uma concepção de ciência positivista, os “novos arqueólogos” acreditam que somente pode-se chegar a conhecer os subsistemas verificáveis: o técnico-funcional e o sócio-funcional, pois estes estariam representados na cultura material. Enquanto isso, o subsistema ideo-funcional ficou relegado já que não era materializado e, por conseguinte, não passível de análise “verificável”.

²³ Segundo Binford (1962) Técnico-funcional significa os artefatos com seu contexto inicial e funcional fabricados para lidar diretamente com o ambiente físico. Aqui, teríamos de nos preocupar com fenômenos como a eficiência de extração, a eficiência na execução de tarefas, como a retenção de calor, a natureza dos recursos disponíveis, a sua distribuição, densidade e disponibilidade, etc.

Os artefatos sócio-funcionais foram os elementos materiais que tenham o seu quadro funcional primária nos subsistemas sociais do sistema cultural total. Este subsistema funciona como meio de articulação extra-somática de indivíduos uns com os outros em grupos coesos capaz de manter-se eficiente e de manipular a tecnologia.

Os itens da classe ideo-funcionais têm o seu contexto funcional primária no componente ideológico do sistema social. Estes são os itens que significam e simbolizam as racionalizações ideológicas do sistema social e ainda proporcionam o ambiente simbólico no quais os indivíduos são aculturados, uma necessidade, se eles estão a tomar o seu lugar como participantes funcionais do sistema social.

Uma das propostas da Nova Arqueologia para compreender o comportamento humano foram os estudos etnográficos. Partindo desse pressuposto, os arqueólogos poderiam explicar o registro arqueológico com a seguridade que as sociedades atuais lhe forneciam, ou seja, a hipótese sustentada era de que o comportamento humano obedece a padrões que perpassam o tempo. No entanto, os estudos “etnoarqueológicos” mostraram também que em alguns âmbitos da cultura, as sociedades humanas não seguem padrões, e a multiplicidade de concepções sobre um mesmo aspecto da cultura (implicados principalmente nos significados culturais) não permitiam a seguridade científica tão buscada pelos processualistas. Sabendo da impossibilidade de contrastar as hipóteses referidas sobre o subsistema ideofuncional, preferiu-se deixá-lo “de lado” e estudar somente os demais.

A partir desta apresentação, fica claro que o objetivo do enfoque processual (assim como o histórico-cultural) é chegar à identidade dos grupos pré-históricos através da cultura material. No entanto, pela “impossibilidade” de alcançar todos os subsistemas que formam o sistema cultural total, pouco se falou em identidade na Nova Arqueologia. A proposta de estabelecer leis gerais para explicar o registro arqueológico, também fez com que o conceito de identidade tivesse pouca ênfase. As particularidades na cultura material que, no histórico-culturalismo poderiam indicar fronteiras culturais, logo, identidades, no processualismo são vistas como acidentes históricos que fogem das regularidades do padrão de comportamento humano, portanto desprezados.

3.3 SOBRE A NOVA ARQUEOLOGIA NO BRASIL

Tentar vislumbrar os reflexos da Nova Arqueologia norte-americana no Brasil não é tarefa fácil, sobretudo, porque após a dissolução do PRONAPA a Arqueologia fragmentou-se em vários campos institucionais de conhecimento. A partir da década de 1960, a formação teórico-metodológica dos arqueólogos é oferecida nos cursos de pós-graduação. E o problema está em que

[...] na Arqueologia brasileira, especialmente em algumas instituições de pesquisa durante anos predominou um discurso de neutralidade científica, o qual também foi recorrido com vistas a defender a tese de que o papel do arqueólogo era produzir novos conhecimentos, sem, contudo ter algum tipo de

engajamento político e social. Um pensamento assim por certo não pode ser historicamente descontextualizado de sua época, haja vista que teve maior ressonância na época do regime militar (1964-1985) [...] (OLIVEIRA, 2005, p.120)

Alberione dos Reis (2003) também diz que as pesquisas arqueológicas, a partir desse período, sofrem um forte condicionamento institucional e estatal. Estes condicionantes estimulam o que ele chama de “jogo do implícito” nas escolhas teóricas, que por sua vez, caracteriza a Arqueologia brasileira. É a condição de não explicitar as escolhas teóricas que torna esta tarefa difícil. Começamos então, por um aspecto mais geral.

A conjuntura política em que a “Nova Arqueologia” emerge é contornado pela disputa pós-guerra entre capitalismo *versus* socialismo, e uma das características deste período é a expansão capitalista norte-americana. A América Latina não ficou isenta a esse processo, como observou o historiador Octavio Ianni (1975, p.148) “já durante a Segunda Guerra Mundial se reconhecia nos Estados Unidos que o nacionalismo precisava ser contornado de modo realista nas nações sul-americanas”.

Para a proposta deste trabalho a negação do nacionalismo é um fato que devemos ressaltar, uma vez que teve reflexo direto nas interpretações arqueológicas com o histórico-culturalismo. No Brasil, isso ocorreu primeiramente na esfera político-econômica, com o golpe de 1964. “Em verdade, o golpe de 1º de abril de 1964 é o fecho do longo processo de transição do Brasil da esfera da libra esterlina para a esfera do dólar” (IANNI, 1975, p.145). Ou seja, a penetração do capital dos Estados Unidos no Brasil ocorreu com a contínua expulsão de ocupação das posições européias (principalmente britânicas). Acima de tudo, ocorreu sob a idéia do liberalismo econômico e comercial, virtual capacitador de uma economia global.

O arqueólogo brasileiro Paulo Funari (1994, p.28) apud Schiavetto (2003, p.53) associa os nomes do legado norte-americano Betty Meggers e Clifford Evans, ao período de repressão militar de 1964 até 1985. Para ele:

Foi somente depois do golpe militar de abril de 1964 que eles [Betty Meggers e Clifford Evans] foram capazes de criar toda uma rede de apoio que poderia resultar no desenvolvimento de um ‘establishment’ arqueológico. O projeto erudito de Arqueologia, como proposto por Duarte, foi combatido pelos governantes, a princípio de forma moderada. Duarte e seus objetivos humanistas eram recusados no período de 1964 a 1969 com a mais sutil, mas efetiva arma: recursos financeiros

(ou melhor, a falta deles) [...] no caso da Arqueologia humanista, restrições orçamentárias significam um poderoso meio de impedir seu desenvolvimento”

De fato os trabalhos do casal, Clifford Evans e Betty Meggers desenvolvidos na Amazônia refletem alguns dos enfoques que nortearam a Nova Arqueologia. Suas atitudes na ênfase e nas formulações tecno-ambientais são frutos de um contexto ou uma tendência neo-evolucionista dominante na antropologia norte-americana e popular durante as décadas de 1960 e 1970: White e Steward eram suas leituras (PEDROSA, 2008, p.74).

A lei estabelecida por White de que Cultura = Energia x Tecnologia (C = E x T) foi adotada por Meggers, mas não sem uma distinção fundamental: ela não descartava o particularismo histórico de Boas. Ainda que suas teorias tenham sido interpretadas pelos críticos como uma “teoria ambiental”²⁴, Meggers estava de acordo com Boas sobre a impossibilidade dos esquemas evolucionários entenderem ou abarcarem o estudo das particularidades culturais (PEDROSA, 2008).

A respeito da identidade pré-histórica, não é errado dizermos que a importância que Meggers deu ao meio ambiente foi tamanha que tudo que o acompanhava teve um valor secundário. Desta forma, “...o homem pré-histórico amazônico não aparece na construção de um passado amazônico, a partir do momento em que há uma preocupação excessiva com o meio ambiente” (PEDROSA, 2008, p.59).

No entanto, não podemos associar o pensamento de Meggers à Nova Arqueologia difundida por Binford do qual estamos tratando, pois ainda que ela tenha utilizado a teoria da ecologia cultural, sua metodologia estava embasada nos *cânones* da escola histórico-culturalista (REIS, 2003, p.145). Então, voltemos à complexa proposta de analisar os reflexos do processualismo na Arqueologia brasileira.

Os trabalhos desenvolvidos, também na Amazônia, a partir da década de 1980 indicam a apropriação deste paradigma. Dentre outras coisas, adotaram-se os modelos *gerais* de evolução sociopolítica para interpretar os grupos pré-históricos. A hipótese que norteava os estudos nesse período era de que os grupos que habitaram essa região do continente se organizaram na forma de *cacicados*²⁵.

²⁴ Ver Roosevelt, 2002.

²⁵ Roosevelt sustenta que os grupos da Amazônia “eram cacicados complexos, com estrutura política centralizada e organização social hierárquica sustentada pela extração de tributos e por uma

Também os fatores ambientais tiveram papel central no modo de vida dos grupos humanos.

As influências do processualismo também são percebidas no estudo dos registros rupestres. A adoção por parte de vários pesquisadores, dos conceitos de Tradição, Subtradição e Estilo, indica a apropriação do modelo sistêmico para o estudo desses vestígios. Conquanto, um fato importante é que a análise sistêmica aqui não exclui ou põem em segundo plano, os grupos étnicos²⁶.

Toda sociedade tem conhecimento de um conjunto de procedimentos técnicos empregados para a elaboração de diferentes objetos e para outras práticas técnicas. Esse conhecimento é um caracterizador social dos grupos; é um dos parâmetros que permitem identificar um grupo étnico. Cada grupo desenvolve um modo diferente de construir seus objetos, tanto os utilizados na vida cotidiana, como os utilizados nas atividades rituais. Na reconstituição pré-histórica, deveremos segregar as características de cada técnica empregada na produção dos diversos objetos culturais de cada grupo. Cada vestígio, seja lítico, cerâmico ou uma representação gráfico-rupestre, possui certas características técnicas que podem ser organizadas num perfil técnico. O conjunto desses perfis técnicos referentes às diversas práticas, irão caracterizar tecnologicamente o grupo étnico estudado (ALVES, 1991, p.64).

A passagem acima representa também a apropriação de outra abordagem teórica: o estruturalismo francês. Os autores citados são tomados aqui como exemplos do modo de apropriação do paradigma processual pela Arqueologia brasileira. Esse paradigma não foi adotado de forma “pura” pelos pesquisadores, ou seja, foram utilizados enfoques da Nova Arqueologia associados, principalmente à preceitos do paradigma histórico-cultural já difundidos pelo PRONAPA. Isto decorre de dois fatores, a falta de uma “escola processualista” que difundisse os preceitos teóricos e metodológicos do paradigma (como ocorreu com o histórico-culturalismo, grande parte difundido pelo PRONAPA), e o outro fator é a própria formação dos arqueólogos estarem mais ligada a História do que a Antropologia.

Temos que citar o estudo realizado por Reis (2003) sobre teoria arqueológica no Brasil. Ele pesquisou nas teses e dissertações de três instituições que oferecem

economia agrícola intensiva” (FAUSTO, 2005, p.45).

²⁶ Para Guidon e Pessis (1992, p.21) “...as tradições de registros rupestres correspondem a um código cultural partilhado por diferentes grupos sociais, separados no espaço e no tempo ou em ambos. As subtradições de registros rupestres correspondem a grupos étnicos descendentes de uma mesma origem cultural. E as manifestações estilísticas de uma subtradição rupestre são o resultado da evolução de uma etnia em função do tempo de isolamento geográfico, das influencias exteriores”.

cursos de pós-graduação em arqueologia (USP, UFPE e PUC), visando responder ao seguinte questionamento: Existe teoria na Arqueologia Brasileira? A partir desta pesquisa no “empírico”, a resposta que ele chega diz: “sim, existe. A Arqueologia Processual – implícita e explicitamente- é a posição teórica mais destacada e o autor mais citado é Binford” (REIS, 2003, p.336).

Diante desta informação, temos que atentar que os arqueólogos no Brasil utilizaram alguns preceitos do processualismo, principalmente a análise sistêmica e funcional, associados a concepções do paradigma histórico-cultural. Neste sentido, no Brasil o conceito de identidade não foi um “discurso silenciado”, uma vez que alguns conceitos-chave (notadamente, o de Tradição e Sub-tradição) continuaram sendo utilizados como forma de construir identidade para os grupos pré-históricos.

3 PÓS-PROCESSUALISMO

3.1 “UM SACO DE GATOS”

Por que padrões axiológicos deve o passado ser julgado, uma vez (...) admitida a pluralidade de pontos de vista éticos?

Perry Anderson

Ainda que a passagem do historiador Perry Anderson não esteja inserida na literatura arqueológica, podemos nos apropriar dela para pensar os princípios que nortearam o paradigma do qual iremos nos ocupar: o *pós-processualismo*. A questão de Anderson nos remete à crise dos modelos de interpretação universais. Muitos estudiosos apresentam a década de 1960 para a crise dos modelos gerais e abstratos que se desdobraram nas ciências sociais nas décadas seguintes. Carlos Aguirre Rojas (2007, p.100), por exemplo, diz que:

[...] como esquema de abordagem dos problemas e temáticas tratados pelos cientistas sociais [os modelos gerais] foram se esvaziando de conteúdo e perdendo cada vez mais tanto a sua capacidade explicativa como o seu fundamento nutritivo original (...) Uma crise desses modelos gerais, tanto funcionalistas, como estruturalistas ou mesmo ‘marxistas’ (...) se ajusta e se liga espontaneamente ao processo evidente de ‘irrupção da diversidade’ também representada em todo o mundo pelos movimentos de 1968.

Rojas refere-se aos múltiplos movimentos de reivindicação tanto no âmbito político e econômico, quanto aos movimentos pacifistas, ecológicos, feministas, anti-raciais, defesa de minorias étnicas, entre outros, emergentes no final da década de 1960. A “explosão da diversidade” citada por ele diz respeito à crise (transição) paradigmática por qual passa a sociedade: do modelo de ciência moderna, passa ao de pós-moderna (SANTOS,1999). Nesse novo modelo, muitas dicotomias consideradas estanques, se diluem. É o caso, por exemplo, das ciências naturais e das ciências humanas. Sobre isso, argumenta Boaventura Santos (1999, p.224) “a natureza é cada vez mais um fenômeno social, enquanto tal, cada vez mais importante”. O paradigma da pós-modernidade é caracterizado pela multiplicidade, pelo relativismo e pelo desconstrucionismo.

O pós-processualismo é o representante da pós-modernidade na Arqueologia (VALERA, 2008; JOHNSON, 2000). Vamos então, às suas linhas gerais. Primeiro,

assim como “Nova Arqueologia”, “Pós-processualismo” é um termo genérico utilizado para abarcar uma série de tendências que compõem este paradigma²⁷, marcado pela diversidade, e a falta de consenso quanto às abordagens de estudo, neste sentido, o pós-processualismo é “um saco de gatos” como afirmou José Alberione dos Reis (2003, p.69).

O termo “pós-processual” foi utilizado pela primeira vez na década de 1980, pelo arqueólogo inglês Ian Hodder. Segundo ele, pela falta de um termo mais adequado, que expressasse as novas propostas denominou-as simplesmente de “pós”. Ressaltada a diversidade de enfoques que compõem este paradigma, é importante dizer que abordaremos apenas alguns que tenham maior pertinência para a proposta deste trabalho, sem pretensão de dar conta da totalidade deste paradigma. Começamos pela tentativa do Pós-Processualismo, em superar algumas dicotomias, como: *estrutura e processo, indivíduo e norma* e entre *ideal e material* (HODDER, 1994). Posteriormente trataremos das propostas de interpretação arqueológica neste paradigma.

A primeira dicotomia diz respeito às pretensas leis gerais de explicação propostas pela Nova Arqueologia. Admite-se no paradigma pós-processual, que o registro arqueológico é muito mais complexo do que os dados empíricos podem pressupor. Essa premissa deriva do retorno à História. Para os pós-processualistas, a cultura material é semelhante a um texto (JOHNSON, 2000). A idéia de que um texto pode fornecer distintos significados a diferentes pessoas; a capacidade de manipulação, ainda que inconscientemente, por parte dos autores; e a suscetibilidade de múltiplas interpretações (derivada do não-controle do autor sobre sua escrita), são algumas semelhanças traçadas pelos pós-processualistas entre o texto e a cultura material. Hodder (1994) defende a tese de que a cultura material não é somente um reflexo direto do comportamento humano, é também uma transformação desse comportamento. Ele expressa que:

[...] la arqueología es parte de la historia (...) El hecho de escribir con tinta en un papel es, en si mismo, un tipo de cultura material y la deducción del significado sobre la base de tal evidencia no es distinta de la que se infiere a partir de los objetos materiales en general. En este sentido, la historia es parte de la arqueología (Hodder, 1994, p.26).

²⁷ De acordo com Reis (2003, p.69) as tendências teóricas do pós-processualismo advêm da sociologia, da semiótica, do estruturalismo, da teoria crítica, do feminismo, da filosofia, do marxismo, entre outras.

Sobre a segunda dicotomia, os pós-processualistas criticam principalmente, os enfoques processual e funcional que entendem os indivíduos como seres passivos em um complexo sistema adaptativo. Ou ainda, como “vítimas” passivas que se viam condicionadas pelas regras sociais (JOHNSON, 2000). A proposta é então considerar que cada artefato é produto de indivíduos, não de um “sistema social”; para tanto, os arqueólogos devem deter-se em explorar a relação entre o artefato individual e a sociedade como um todo (HODDER, 1994). A representação material dessa relação (entre indivíduo e sociedade) não implica buscar “sujeitos concretos” na cultura material, mas estabelecer a idéia de que o indivíduo é um ser ativo dentro da sociedade, logo, a cultura material representa o papel por ele desempenhado e as normas sociais que lhe são iminentes. Ou seja, o processualismo, enfatizou demasiadamente o estudo dos sistemas culturais, ficando em segundo plano os indivíduos produtores da cultura; argumenta-se, no pós-processualismo, que a cultura não é um reflexo direto da sociedade, ela está em contínua relação com a sociedade por meio das ações dos indivíduos. Por trás dos objetos há a cognição dos indivíduos que o produziram.

A tentativa em superar a dicotomia entre o *ideal* e o *material* advém do rechaço a uma concepção de ciência positivista. Segundo Johnson (2000), para os pós-processualistas não há maneira de confrontar a teoria com os dados, o que ocorre realmente é que vemos os dados através de uma “nuvem de teoria”. Ou seja, os dados sempre levam consigo uma carga teórica e subjetiva, não havendo assim, a própria dicotomia entre dados e teoria. “O passado é matéria bruta que requer complexidade para tornar-se objeto arqueologicamente significativo e discursivo” (REIS, 2003, p.77). No “pós” não há *uma* verdade esperando para ser descoberta pelo arqueólogo, o que há são “verdades” distintas sobre o passado, construídas a partir da condição política²⁸ e cultural do presente. Seguindo essa perspectiva, há a pretensão de alcançar os aspectos cognitivos a partir da cultura material. Ian Hodder afirma que:

son las ideas, las creencias y los significados los que se interponen entre la gente y las cosas. El enterramiento [por exemplo] adopta distintas formas, que son reflejo de la

²⁸ O termo *política* aqui tem um sentido amplo. Diz respeito ao exercício do poder, que vai das políticas e práticas do aparato do Estado até as mais simples interações humanas. Neste sentido, tudo o que fazemos e dizemos tem conotações políticas (JOHNSON, 2000, p.208).

sociedad. Estas distintas formas dependen claramente de las actitudes de esa sociedad hacia la muerte (HODDER, 1994, p.17).

Com a tentativa de superar essas dicotomias, a disciplina arqueológica se fragmenta em diversos campos de abordagens. No pós-processualismo a Arqueologia é vista como uma ciência social que responde aos aspectos que a sociedade ou que os pesquisadores dão relevo. Tomando-a num sentido temático pode-se ter uma arqueologia econômica, social, simbólica, de gênero, espacial, entre outras (JORGE, 2007). Ou seja, não há Arqueologia, há Arqueologias “de” e “para” os grupos em questão. Esta fragmentação do saber e da produção do conhecimento, gera uma maior especialização do conhecimento e se perde o referencial do “todo”.

O Pós-processualismo recebe grande influência também do *relativismo*. Segundo Trigger (2004, p.371) “nos últimos anos, a arqueologia pré-histórica passou de um positivismo ingênuo a uma aceitação ampla do relativismo, bem superior à verificada em qualquer outro momento do passado”. O relativismo parte da premissa de que não há um passado único. Esta por sua vez, deriva da tentativa de superar mais uma dicotomia entre *verdade* e *falsidade*. Se aceita, cada vez mais, que diferentes leituras podem ser feitas sobre o passado em tempos históricos distintos. Ou seja, o pós-processualismo historiciza a própria experiência do pesquisador. Implica aceitar que as interpretações são carregadas de valores subjetivos e que, por isso, não devemos “simular” neutralidade nos discursos que produzimos, pelo contrário, devemos explicitar de onde falamos (REIS, 2003).

A última premissa que iremos pontuar sobre o pós-processualismo é de que as interpretações que produzimos sobre o passado se situam sempre no presente. Trata-se do contexto histórico do próprio pesquisador. A idéia de estudar a relação entre arqueologia e sociedade é cada vez mais comum entre os pesquisadores. Felipe Bate afirma que:

Una característica de información arqueológica (...) que no por ser obvia es menos relevante, es su condición *actual*. Es decir se trata de fenómenos objetivos, espacial y temporalmente coexistentes con el investigador. De otro modo, la historia sería incognoscible. Por lo general, el arqueólogo infiere procesos pretéritos a partir de datos e información actuales (BATE, 1998, p.48).

O Pós-Processualismo defende a proposta que a arqueologia, o presente e o passado estão em contínua e complexa relação dialética. O passado e o presente são interdependentes, ao mesmo tempo em que somos nós quem lhes damos existência (HODDER, 1994). Neste sentido, a Arqueologia pós-processual introduziu, de forma explícita, a dimensão política da disciplina (FUNARI, 2004-2005).

Esperamos que essas poucas palavras sobre o pós-processualismo tenham deixado entrever suas principais teses. Percebemos também, a partir desta breve apresentação, que longe de ser o resultado direto do paradigma pós-moderno, o pós-processualismo caminha junto com ele.

3.2 O RETORNO ÀS IDENTIDADES

Somos um arquipélago de subjetividades que se combinam várias diferentemente sob múltiplas circunstâncias pessoais e colectivas. Somos de manhã cedo privilegiadamente membros da família, durante o dia de trabalho somos classe, lemos o jornal como indivíduos e assistimos ao jogo de futebol da equipa nacional como nação.

Boaventura dos Santos

Tendo em vista a relação entre pós-modernidade e pós-processualismo, vejamos, a princípio, o que dizem alguns estudiosos sobre a identidade na pós-modernidade. Zygmunt Bauman (2009) diz que não faz muito tempo que as sociedades passaram da “atribuição” de identidades, para a “realização” de identidades. Ou seja, de uma sociedade em que as pessoas “nasciam em” suas identidades para uma em que a construção de identidades é tarefa e responsabilidade delas (BAUMAN, 2009). Desta forma, a identidade passa a ser definida historicamente, e a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente passa a ser vista como uma fantasia (HALL, 2006).

Segundo Stuart Hall (2006), temos que tentar entender o que está em jogo atualmente nas questões de identidade. Acreditamos que a epígrafe apresentada no início deste tópico explicita bem que o que está em jogo é a *indefinição* das identidades unificadas. Ocorre que a identidade tornou-se politizada (HALL, 2006), logo, construída discursivamente. Mas, não foi esse o resultado de um processo instantâneo: o procedimento que “empurra” as identidades e amontoa-as numa aparente confusão iniciou-se com o processo de globalização. O “pós-moderno

global” (HALL, 2006) enfraqueceu antigas identidades e instigou a construção de novas identidades, em outras palavras, a condição pós-moderna produz novas formas de identificação. Desta forma, o interesse pela identidade aparece

[...] como um esforço intelectual para explicar e captar o sentido das transformações em curso e dar respostas às ansiedades e desorientações geradas por uma profunda e acelerada mudança que se opera à escala planetária, e que corresponde (...) à desestruturação de um sistema e à emergência de um novo paradigma ainda mal definidos... (VALERA, 2008, p.6)

Entendemos então, que o crescente interesse pelo tema das identidades no presente, fez crescer também o interesse pelo estudo das identidades no passado. Vimos que no paradigma histórico-cultural acentuou-se a construção das identidades étnicas a partir da cultura material; no pós-processualismo a questão apresenta-se um pouco mais complexa. Então, quais identidades são buscadas pelo pós-processualismo? Podemos dizer, sem grande exagero, que a variedade das identidades construídas (e desconstruídas) pelos pós-processualistas é tão grande quanto à variedade de objetivos dos pesquisadores.

O retorno às identidades com o pós-processualismo ocorre a partir da superação da dicotomia entre sujeito e objeto. Essa relação é vista numa perspectiva onde a experiência aparece como mediadora da identificação do pesquisador com o “seu” objeto de estudo, no caso da pré-história: a cultura material. Em outras palavras, é a identidade do arqueólogo refletida de forma dialética nas interpretações que faz do registro arqueológico. Como assinalou Ian Hodder (1994) a finalidade última em estudar a cultura material só pode ser o autoconhecimento. Projetamos a nós mesmos no passado de forma crítica, tentando nos conhecer melhor.

Um exemplo desta relação dialética entre a identidade do pesquisador e a interpretação que se faz da cultura material é o enfoque pós-processual que trata de questões de gênero, como a “arqueologia feminista”. De acordo com Castro (2008, p.176)

[...] esses trabalhos enfocam não só as mulheres da pré-história e história como as mulheres arqueólogas. Os trabalhos revisam as histórias tradicionais, mostrando as mulheres de ontem e de hoje, como agentes de suas próprias realidades.

José Alberione dos Reis (2003, p.73) também explicita que a arqueologia pós-processual

[...] salienta a subjetividade do arqueólogo presente nas diferentes produções discursivas. Destaca que as identidades sociais e culturais dos arqueólogos, enquanto autores têm um significado crítico. Estas identidades determinam diferentes visões que formam a base dos discursos dos arqueólogos.

A condição pós-moderna em considerar a multiplicidade de identidades, mais ainda, de considerá-las construídas discursivamente, possibilita o paradigma pós-processual superar a dicotomia entre sujeito e objeto, tornando-se esta uma relação dialética entre passado e presente. Outro ponto que devemos mencionar é que pensar a identidade na Arqueologia implica considerá-la representada materialmente. Desta forma,

a materialidade arqueológica tem capacidade para contribuir diretamente nas questões de luta pela identidade (...). Os materiais podem ser usados para fundamentar a superioridade étnica de determinado povo, assim como para reconstruir uma nação, relacionando-a com um passado (Castro, 2008, p.176).

Esta idéia de que a Arqueologia pode ser utilizada como um *instrumento* de luta para questões do presente advém de uma clara tomada de consciência, por parte da sociedade em geral, de que a Arqueologia é feita a partir dos discursos.

Vamos agora explicitar as ferramentas teóricas que possibilitam as discussões sobre identidade no pós-processualismo. Correremos o risco de fazer desse capítulo um tanto redundante, pois acreditamos que as ferramentas que “procuramos” estão representadas pelas superações das dicotomias apresentadas no primeiro tópico deste capítulo. Deteremos-nos agora em três dessas “superações” tentando explicitar suas relações com o conceito de identidade.

A relação cultura material, indivíduo e sociedade: sobre essa premissa podemos dizer que a maior atenção aos aspectos menos visíveis das culturas (a própria relação entre indivíduo e sociedade, por exemplo), possibilitaram aos pós-processualistas discutir conceitos abstratos tais como identidade e etnicidade. Vimos que o paradigma processual pautado no *empiricismo* renegou a discussão de tais conceitos; para a Nova Arqueologia era politicamente perigoso abordar questões de identidade e etnicidade. Com o histórico-culturalismo era necessário compreender

as fronteiras étnicas (SCHIAVETTO, 2003) na cultura material; o pós-processualismo, por sua vez, tenta compreender as identidades como processos contínuos, e auto-construtivos.

O retorno à História: ao propor um re-estreitamento dos laços com a História, o pós-processualismo admite o caráter subjetivo da Arqueologia como ciência (SCHIAVETTO, 2003, p.42). Sabemos que para pensar a questão da identidade na pré-história temos que considerá-la materializada, logo, os objetos possuem uma identidade (GAMBLE, 2002). Ou seja, o que está em jogo nesta premissa é que a cultura material é manipulável. Longe de ser uma fonte mais “segura” por sua natureza, a cultura material também é suscetível de múltiplas interpretações. A Arqueologia é produção de discursos. Talvez esteja implícita aqui a influência do pensamento de Foucault, pois para este estudioso o discurso refere-se a todas as condições necessárias para a produção de conhecimento; se refere tanto aos dados como aos conceitos, tanto a sua história como as condições sociais que produzem e utilizam o conhecimento (GAMBLE, 2002). Ou seja, o discurso é materializado e manipulável.

A relação entre passado e presente: Esta última premissa defende a tese de que as interpretações que produzimos sobre o passado se situam sempre no presente. Implica que consideremos a relação dialética entre as identidades do presente (dos pesquisadores) e as identidades *do* passado. É a superação da dicotomia entre sujeito e objeto já apontada anteriormente. Gamble (2002) argumenta que a identidade tem sempre um sentido duplo nos estudos sobre cultura pré-histórica: por um lado há as categorias taxonômicas principais como gênero, idade, classe, etnicidade, etc., e por outro, temos as identidades que derivam desses estudos. Estas últimas são sempre respostas às necessidades do presente. Ainda na concepção deste autor, os enfoques marxista e feminista são representativos de que o interesse pelo passado é marcado por preocupações do presente.

No pós-processualismo o conceito de identidade recebe um novo sentido: é um discurso manipulável e passível de análise. Neste sentido, não somente busca-se identidade no registro arqueológico, mas coloca-se em discussão as próprias identidades arqueológicas.

3.3 PÓS- PROCESSUALISMO NO BRASIL: MULTIPLICIDADE DE ENFOQUES

Uso minha sabedoria de arqueólogo para criar histórias a partir das coisas que outros deixaram para trás. Transformo coisas em narrativas. Mas, diferente dos outros cientistas históricos e sociais, que se comunicam diretamente com as pessoas, o diálogo com a cultura material se dá pela atribuição de sentidos ao próprio objeto.

Klaus Hilbert

A apropriação do Pós-Processualismo no Brasil, deixa entrever que esse paradigma permite aos pesquisadores fazerem da disciplina arqueológica uma ferramenta social. Aqui no Brasil também a disciplina se fragmentou em diversos enfoques. A superação da concepção de ciência positivista, a desconstrução do discurso, a idéia de que o passado é uma construção do presente, e a superação da dicotomia entre saber científico e senso comum, são algumas das premissas pós-processuais difundidas na Arqueologia brasileira.

A premissa pós-processual de desconstrução do discurso arqueológico é notável em algumas pesquisas recentes. A discussão acerca da identidade Tupiguarani²⁹ é um exemplo desse processo. Neste caso, busca-se desconstruir o que se acreditava ser o único discurso sobre a realidade indígena (SCHIAVETTO, 2003). Desta forma, defende-se que devemos questionar a dicotomia entre ciência e sociedade. Ou seja, o pesquisador da pré-história deve ser também um teórico da vida social. A proposta de desconstruir o discurso produzido pelo PRONAPA está pautada, acima de tudo, na premissa de que o passado não é neutro e de que o conhecimento que temos dele é construído a partir de preceitos do presente.

Neste ponto é importante apresentar uma crítica feita por Solange Schiavetto (2003) sobre teoria arqueológica no Brasil. Para a autora, nós sofremos “de intolerância com relação à possibilidade de múltiplas abordagens e, principalmente, da não-aceitação da arqueologia como uma ciência voltada para questões atuais” (SCHIAVETTO, 2003, p.55). Essa passagem tem um sentido duplo: se por um lado a teoria aplicada no Brasil encontra-se da forma por ela criticada, por outro, a própria

²⁹ A identidade Tupiguarani foi materializada na década de 1960 com a atuação do PRONAPA, que considerava a identidade étnica como um “pacote” que poderia ser delimitado sem grandes dificuldades (SCHIAVETTO, 2003).

crítica aparece como um sintoma de que esta situação está mudando, uma vez que a “auto-crítica”³⁰ deriva de premissas pós-processuais.

Inserida na perspectiva de utilizar a Arqueologia como uma ferramenta social, temos as discussões que envolvem cultura material e identidade étnica pré-histórica³¹. Seguindo preceitos do paradigma pós-processual, não se aceita mais o uso de analogias simplistas entre cultura material e identidade étnica, e defende-se que a premissa histórico-cultural deve ser analisada criticamente. Neste sentido, deve-se tentar explicar as continuidades e descontinuidades entre a cultura material “pré-histórica” e os grupos indígenas atuais, ou seja, defende-se que a cultura é dinâmica e a forma como se apresenta pode não estar representada somente nos objetos materiais, havendo a necessidade de ressaltar também outros aspectos culturais.

O pós-processualismo no Brasil também está representado nos trabalhos que explicitam a dimensão política da disciplina, mostrando que esta sempre esteve intrínseca à sua feição científica. Ou seja, baseia-se no princípio de que o passado é construído a serviço dos interesses do presente. O trabalho de Tânia Andrade Lima (2007) que aponta a relação entre a identidade nacional e a Arqueologia é um dos exemplos desta proposta³². A premissa que norteia sua pesquisa é de que as interpretações que produzimos sobre o passado se situam sempre no presente político, ou seja, é a historicização da produção de conhecimento arqueológico.

Os preceitos pós-processuais estão inseridos também nos trabalhos que defendem o engajamento e compromisso social e político do pesquisador. O enfoque representativo desta premissa é a chamada Arqueologia Pública. Este enfoque defende a importância de uma arqueologia socialmente engajada com o público leigo.

A Arqueologia Pública é compreendida (...) como todos os aspectos públicos da arqueologia, incluindo tópicos como, políticas arqueológicas, educação, política, religião, etnicidade e Arqueologia, envolvimento público em arqueologia (FUNARI, *et al*, 2005, p.106).

³⁰ Sobre essa premissa ver Hodder, 1994.

³¹ OLIVEIRA, J.E. de. Cultura Material e Identidade Étnica na Arqueologia Brasileira: um estudo por ocasião da discussão sobre a tradicionalidade da ocupação Kaiowá da terra indígena Sucuri'y. *Revista de Arqueologia / Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Nº19. São Paulo: SAB, 2006.

³² LIMA, T. A. A arqueologia na construção da identidade nacional: uma disciplina no fio da navalha. *Canindé*, Revista do Museu de Arqueologia de Xingó. Nº10, dezembro/2007. p.11-26.

Parte-se da premissa de que é necessário especificar o caráter social da arqueologia. Neste sentido, busca estreitar os laços entre o cientista e o público “leigo”, devendo contribuir para que as “pessoas comuns” se reconheçam “no discurso arqueológico, usando assim o passado para criar textos alternativos para o presente” (FUNARI, *et al*, 2005, p.106). Predomina a idéia de que é preciso romper com a visão da arqueologia enquanto exótica, e coloca para o público uma perspectiva da arqueologia enquanto espaço para construção de memórias coletivas. Neste sentido, a cultura material tem importante papel enquanto agente mediador de identificação entre o passado e o presente.

Acima de tudo, o enfoque da Arqueologia Pública, busca estreitar a relação entre o conhecimento científico e o saber do *senso comum*. Os trabalhos arqueológicos realizados na Serra da Barriga com o Quilombo dos Palmares é um dos exemplos mais significativos desta relação entre a pesquisa científica e o conhecimento do senso comum³³.

Dois aspectos são ressaltados no âmbito da Arqueologia Pública: a percepção do que é considerado como Patrimônio Arqueológico e a importância de o arqueólogo ser também um cientista social do presente.

Feito esta breve apresentação das abordagens pós-processuais no Brasil podemos destacar, ao menos duas, premissas consideradas como ferramentas teóricas para construção do conceito de identidade:

A desconstrução do conhecimento outrora produzido, considerado, até pouco tempo, a única realidade sobre o passado. Neste sentido, defende-se que a produção de conhecimento deve ser transformada em uma arena de questionamentos (LIMA, 2007) que permitam a multiplicidade de enfoques. Nesta premissa está intrínseca a superação da concepção positivista de ciência; sob a perspectiva pós-processual, se aceita o caráter subjetivo da disciplina enquanto ferramenta social.

A superação da dicotomia entre saber científico e saber do senso comum; a idéia de que a cultura material pode ser um elemento mediador de identificação entre o passado e o presente é uma das premissas norteadoras da Arqueologia

³³ Os dados arqueológicos apontam uma diversidade étnica até então “impensada” na historiografia produzida. A diversidade representada, sobretudo em artefatos cerâmicos possibilita pensarmos que não foram somente fugitivos “africanos” que lá se instalaram, sendo percebida também a presença indígena e “européia” (Funari, *et al*, 2005). Para maior esclarecimento sobre esta discussão ver Allen, 2000.

Pública. Muitas publicações declaram a necessidade de construir memórias coletivas e identidades locais, frente à expansão do processo globalizador. O processo de identificação ocorre também entre sujeito e objeto. Ou seja, a fragmentação da Arqueologia aqui no Brasil também ocorre pela identificação do pesquisador com o “seu” objeto de estudo.

A partir desta exposição, fica claro que o conceito de identidade no pós-processualismo é cercado por novos sentidos. As discussões das identidades até então produzidas pelo discurso arqueológico e as propostas de estabelecer novas relações identitárias sobre a cultura material explicitam, respectivamente, o caráter subjetivo da disciplina e a relação dialética entre o pesquisador e a cultura material.

4 A PRETEXTO DE CONCLUSÃO... ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS

Questionar a arqueologia teórica que produzimos recentemente não é defender um novo modelo que poderá substituir os anteriores. Trata-se de "observar" e "por em dúvida". Sabemos hoje muito bem que nenhuma teoria é a teoria...

Arno Kern³⁴

Chegamos ao momento de apontar algumas reflexões sobre o que nossa pesquisa possibilitou. Antes de qualquer coisa, é importante fazer uma ressalva: a forma de apresentação deste trabalho não deve ser considerada estanque. Ou seja, expomos aqui os paradigmas em ordem cronológica do mais antigo ao mais recente, mas isso não significa que a Arqueologia se desenvolveu a partir de uma visão linear e evolutiva. O Histórico-Culturalismo não deixou de ser utilizado por arqueólogos, em maior ou menor grau, com a ascensão do Processualismo, nem este último ficou esquecido com as propostas do Pós-Processualismo.

Tomamos o conceito de identidade como elemento norteador dessa análise, e ficou claro que os paradigmas Histórico-Cultural, Processual e Pós-Processual utilizaram o conceito e lhe atribuíram diferentes sentidos. O que foi posto em jogo não foi a veracidade em uma das construções do conceito de identidade; não buscamos saber qual dos três paradigmas está cientificamente correto. Atribuímos atenção a historicidade de cada paradigma e as ferramentas teóricas que cada um elencou para propor o conceito nas interpretações arqueológicas. Neste sentido, reafirmamos a importância que despendemos ao contexto histórico de cada paradigma. Longe de serem condicionados por seus contextos, os paradigmas propuseram a utilização do conceito de identidade de forma dialética: nem são autônomos, nem são simples produtos.

O conceito de identidade deve ser entendido de duas maneiras: primeiro tomado como objeto de estudo e utilizado no singular; segundo, o conceito aparece como sujeito intermediador da relação teoria/cultura material. Neste "segundo momento" o conceito é entendido no plural e representa os diferentes sentidos que ganhou com os paradigmas: Histórico-Cultural, Processual e Pós-Processual. Ou seja, reflete as propostas de interpretação do registro arqueológico por parte destes paradigmas.

³⁴ Citado em PEDROSA, 2008, p.10.

Num primeiro momento, vimos à apropriação do conceito de identidade pelo Histórico-Culturalismo acompanhado do adjetivo “étnica”. Rastrear identidades étnicas através dos vestígios arqueológicos era a ordem da vez. Apontamos as seguintes ferramentas teóricas para construção do conceito de identidade: Cultura Arqueologia; Difusão/Migração e Nação/Nacionalismo. A idéia de que a cultura material refletia etnicidade, atrelada a explicação das fronteiras culturais através da difusão/ migração foi primordial para apropriação do conceito de identidade. E os conceitos de Nação e nacionalismo respondem ao questionamento: porque se buscou identidades étnicas no histórico-culturalismo?

Já o Processualismo praticamente ignorou o conceito de identidade. O Sistema Cultural, que representava a identidade do grupo, foi estudado a partir dos subsistemas que o formavam: técnico-funcional, sócio-funcional e ideo-funcional. Ainda que a proposta fosse estudar todos para chegar à identidade dos grupos, o subsistema ideo-funcional ficou relegado. Dois motivos “justificam” o silenciamento do conceito: primeiro, a concepção de ciência *neopositivista* desse paradigma fez com que os “Novos Arqueólogos” se voltassem somente para os aspectos verificáveis no registro arqueológico; segundo, a preocupação em explicar as leis gerais que regem o comportamento humano a partir do registro arqueológico fez com que as particularidades culturais fossem vistas como acidentes históricos, logo, “desmerecedoras” de estudos.

Com o Pós-Processualismo, o conceito de identidade retorna à literatura arqueológica, aliás, o conceito se fragmenta e se multiplica: neste paradigma falamos em identidades. Sob a bandeira da pós-modernidade, o Pós-Processualismo é marcado pela tentativa de superar as dicotomias. Expomos as seguintes ferramentas teóricas para construção (ou desconstrução) do conceito de identidade: a relação entre cultura material, indivíduo e sociedade; O retorno à História e a relação entre passado e presente. A idéia implícita na primeira ferramenta é de que a experiência arqueológica aparece como mediadora da identificação do pesquisador com o “seu” objeto de estudo. Em outros termos, é a identidade do arqueólogo refletida de forma dialética nas interpretações que faz do registro arqueológico. A idéia emergente das demais ferramentas é de que se buscam as experiências passadas e as “soluções” dos problemas passados para mediar ou regular as soluções para problemas enfrentados no presente.

Com a pesquisa sobre o conceito de identidade na Arqueologia brasileira vimos que longe de haver uma simples importação dos paradigmas Histórico-Cultural, Processual e Pós-Processual, há uma apropriação dos mesmos em relação às nossas especificidades.

Num primeiro momento, houve a atuação do PRONAPA como mediador de preceitos teórico-metodológicos histórico-culturais. Enquanto esse programa atuou na arqueologia brasileira, se buscou identidades étnicas na cultura material. Algumas das ferramentas teóricas reaparecem neste primeiro momento: o conceito de cultura arqueológica e os de difusão/migração utilizados para explicar as fronteiras culturais. Aparecem também os conceitos de Tradição e Subtradição Arqueológica. No entanto, acreditamos que os conceitos de Nação e Nacionalismo não foram preponderantes na construção do conceito de identidade na Arqueologia brasileira, mostrando assim, a diferença entre o paradigma na Europa e no Brasil.

Mesmo com a adoção do Processualismo pela Arqueologia brasileira, o conceito de identidade não foi silenciado. Os preceitos teóricos e metodológicos deste paradigma foram utilizados juntamente com princípios do Histórico-Culturalismo e do Estruturalismo francês. Neste sentido, continuou-se buscando identidades através do registro arqueológico, e os conceitos de Tradição e Subtradição continuaram sendo ferramentas teóricas possibilitadoras da construção do conceito de identidade.

O Pós-Processualismo no Brasil está representado nos trabalhos que utilizam a disciplina como uma ferramenta social. O conceito de identidade aparece tanto em estudos de caso, quanto em trabalhos que propõem discuti-lo. As ferramentas teóricas que expomos foram: A desconstrução do conhecimento, e a superação da dicotomia entre saber científico e do senso comum. A primeira ferramenta permitiu fragmentar a disciplina em uma multiplicidade de enfoques, tendo em vista a aceitação do caráter subjetivo da mesma. A segunda diz respeito às novas formas de identificação construídas a partir da cultura material entre o passado e o presente.

A pretexto de conclusão, podemos dizer que a identidade é um fenômeno social, e as relações identitárias são inerentes ao Homem. Neste sentido, ocorreu um processo de contínua identificação dos paradigmas Histórico-Cultural, Processual e Pós-Processual, com a cultura material pré-histórica.

Com o Histórico-Culturalismo era necessário identificar grupos étnicos e suas fronteiras na cultura material; O paradigma Processual pautado no *empiricismo* renegou a discussão deste conceito: era mais importante compreender as leis gerais que regem o comportamento humano; o Pós-Processualismo, por sua vez, tenta compreender as identidades como processos contínuos, e auto-construtivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, C. A Cerâmica Pré-histórica no Brasil. Avaliação e Proposta. **Revista Clio** Série Arqueológica N.1. Recife: UFPE, 1991.

ALVES, M.A. Teorias, Métodos, Técnicas e Avanços na Arqueologia Brasileira. In: **Canindé**, Revista do Museu de Arqueologia de Xingó, N° 2. Dezembro de 2002.

ALLEN, S. Identidades em jogo: Negros, Índios e a Arqueologia na Serra da Barriga. IN: ALMEIDA, L de. GALINDO, M. ELIAS, J. (Eds.). **Índios do Nordeste**: temas e problemas 2. Maceió: EDUFAL, 2000, p. 245-275.

ANDERSON, P. **O Fim da História**: de Hegel a Fukuyama. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 1992.

BAHN, P. e RENFREW, C. **Arqueología**. Teorias, métodos y práctica. 2 ed. Madri: Ediciones Akal, S.A., 1998.

BAUMAM, Z. **A arte da vida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BATE, L.F. **El Proceso de Investigación en Arqueologia**. Barcelona: Crítica, 1998.

BICHO, N.F. **Manual de Arqueologia Pré-histórica**. Lisboa: Edições 70, Lda, 2006.

BINFORD, L. Archaeology as Anthropology. IN: **American Antiquity**. 28, N.2, 1962.

_____. **Em Busca do Passado**: a descodificação do registro arqueológico. Tradução: João Zilhão. Portugal: Publicações Europa-América, LDA, 1983.

BURKE, P. **A Escola dos Annales (1929-1989)**: Revolução Francesa da Historiografia. Tradução: Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1997.

CASTRO, V.M. C de. O Uso do Conceito de Identidade na Arqueologia. **Revista Clio** Série Arqueológica. N.23- Vol.1. Recife: UFPE, 2008.

CHILDE, G.V. **Para uma Recuperação do Passado**. Tradução: M. Luísa Penafiel. São Paulo: DIFEL – Difusão Editorial, S.A., 1969.

_____. **Introdução à Arqueologia**. 2 ed. Tradução: Jorge Borges de Macedo. Portugal: Publicações Europa-América, 1977.

_____. **A Evolução Cultural do Homem**. Tradução: W. Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

CLARK, G. **A Identidade do Homem**: uma exploração arqueológica. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

CLARKE, D. **Arqueologia Analítica**. 2ª edição. Barcelona: Ediciones Bellaterra, S.A., 1984.

COMTE, A. **Discurso Sobre o Espírito Positivo**. 5ª edição, Tradução: A. Geraldo da Silva. São Paulo: Escala.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2ª Ed. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2002.

DIAZ-ANDREU, M. Nacionalismo y Arqueologia: el contexto político de nuestra disciplina. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, 11: 3-20, 2001.

DIAS, A.S. Novas Perguntas Para um Velho Problema: escolhas tecnológicas como índices para o estudo de fronteiras e identidades sociais no registro arqueológico. **Bol. Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém.V. 2, Nº. 1, 2007 (digital).

FAUSTO, C. **Os índios antes do Brasil**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe B. Neves. 7ed. Rio de Janeiro :Forense Universitária, 2007.

_____. **A Ordem do Discurso**. Ed. 18ª, Tradução: Laura F. de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FRANCH, J. A. **Arqueología Antropológica**. Madri: Ediciones Akal, S.A., 1989.

FERREIRA, A.B. de H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3 ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FERREIRA, J. **O que é pós-moderno?** São Paulo: Brasiliense, 2004.

FUNARI, P.P.A. Desaparecimento e Emergência dos Grupos Subordinados na Arqueologia Brasileira. In: **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, N. 18, p. 131-153, 2002.

_____. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. e CARVALHO, A.V. de. **Palmares, Ontem e Hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 2005.

_____. Teoria e método na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. **Revista de Humanidades**. Vol.6, n.13, dez.2004/jan.2005.

_____. e ROBRAHN-GONZÁLEZ, E.M. Ética Capitalismo e Arqueologia Pública no Brasil. **HISTÓRIA**, São Paulo, 27 (2): 2008 (digital).

GAMBLE, C. **Arqueología Básica**. Barcelona: Editorial Ariel, S.A., 2002.

GARDINER, P. **Teorias da História**. 5ª Ed. Tradução: Vítor Matos e Sá. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

HABERMAS, J. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz T. da Silva e Guaracira L. Louro. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T.T. (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 9ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

HILBERT, K. Qual o Compromisso Social do Arqueólogo Brasileiro? **Revista de Arqueologia** / Sociedade de Arqueologia Brasileira. N 19. São Paulo: SAB, 2006.

_____. 'Cave canem!': cuidado com os 'Pronapianos'! Em busca dos jovens da arqueologia brasileira. IN: **Bol. Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém.V. 2, Nº. 1, 2007 (digital).

HOBSBAWM, E. **A Era dos Impérios – 1975-1914**. 7ª ed. Tradução: Siene M. Campos e Yolanda S. de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HODDER, I. **Interpretación en Arqueología**: corrientes actuales. Barcelona: Crítica, 1994.

IANNI, O. **O Colapso do Populismo no Brasil**. 3ª ed., revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, S.A., 1975.

JONES, S. Categorias Históricas e a Práxis da Identidade: a Interpretação da Etnicidade na Arqueologia Histórica. IN: FUNARI, P.P.A; ORSER, C.E. e SCHIAVETTO, S. N. **Identidades, discurso e poder**: estudos da arqueologia contemporânea. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

JOHNSON, M. **Teoría Arqueológica**: una introducción. Barcelona: Editorial Ariel, S.A. 2000.

JORGE, V. O. **Arqueologia, Património e Cultura**. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

KUHN, T.S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução: Beatriz V. Boeira e Nelson Boeira. 9ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LEROI-GOURHAN, A. **O gesto e a palavra**: memórias e ritmos. Vol.2. Tradução: Emanuel Godinho. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1965.

LIMA, T. A. A arqueologia na construção da identidade nacional: uma disciplina no fio da navalha. **Canindé**, Revista do Museu de Arqueologia de Xingó. Nº10, dezembro/2007. p.11-26.

_____. Um passado para o presente: preservação arqueológica em questão. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 33, 2007.

LOURDES, M.G.C.F. História, gênero, amor e sexualidade: olhares metodológicos. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, MAE**. São Paulo: Universidade de São Paulo, nº.13, 2003.

MAGNOLI, D. **Uma Gota de Sangue**: história do pensamento racial. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTIN, G. **Pré-história do Nordeste do Brasil**. 2ª ed., atualizada. Recife, Editora UFPE, 1997.

MEGGERS, B.J. Cuarenta años de colaboración. In: MEGGERS, B.J. (Editor). **Prehistoria Sudamericana**: nuevas perspectivas. Chile: Taraxacum, 1992.

OLIVEIRA, J.E. Por uma arqueologia socialmente engajada: arqueologia pública, universidade pública e cidadania. IN: FUNARI, P.P.A; ORSER, C.E. e SCHIAVETTO, S. N. **Identidades, discurso e poder**: estudos da arqueologia contemporânea. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

_____. Cultura Material e Identidade Étnica na Arqueologia Brasileira: um estudo por ocasião da discussão sobre a tradicionalidade da ocupação Kaiowá da terra indígena Sucuri'y. **Revista de Arqueologia / Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Nº19. São Paulo: SAB, 2006.

PEDROSA, T. de L. Arqueologia e interpretação: a criação de dois modelos arqueológicos para a Amazônia. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. Porto Alegre, 2008.

PESEZ, J-M. História da Cultura Material. IN: LE GOFF, J. et al. **A História Nova**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PESSIS, A-M. GUIDON, N. Imagens da Pré-História. Parque Nacional Serra da Capivara. FUMDHAM/PETROBRÁS; São Paulo, SP: A&A Comunicação, 2003.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília-DF: Editora Universidade de Brasília, 1992.

REIS, J.A dos. “Não pensa muito que dói”: um palimpsesto sobre teoria na arqueologia brasileira. Tese (doutorado) apresentada a Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: SP, 2003.

_____. Das Condições de Possibilidade da Teoria em Arqueologia: do implícito e do Explícito na Arqueologia Brasileira. IN: FUNARI, P.P.A; ORSER, C.E. e SCHIAVETTO, S. N. **Identidades, discurso e poder**: estudos da arqueologia contemporânea. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

REZENDE, J.F. da S. O Materialismo Histórico e a posição de indivíduo na pesquisa arqueológica. **Revista de Arqueologia** / Sociedade de Arqueologia Brasileira. Nº19. São Paulo: SAB, 2006.

ROJAS, C. A.A. Convite a outra micro-história: a micro-história italiana. IN: MALERBA, J.; ROJAS, C.A.A. (Orgs.). **Historiografia Contemporânea em Perspectiva Crítica**. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

ROOSEVELT, A.C. Arqueologia Amazônica. In: CARNEIRO, M da C. (Org.) **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia de Letras: Secretaria Municipal da Cultura: FAPESP, 1992.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Um discurso sobre as ciências**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SCHIAVETTO, S.N. O de. **A Arqueologia Guarani**: construção e desconstrução da identidade indígena. São Paulo: Annablume:Fapesp, 2003.

SCHMIDT, P. **A Identidade Virtual**. Exposição de Artes Plásticas. Ouro Preto, 1994-1995.

SILVA, K.V. & SILVA, M.H. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006.

SILVA, T.T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T.T. (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 9ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

TRIGGER, B.G. **História do Pensamento Arqueológico**: Tradução Ordep Trindade Serra. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

VALERA, A. C. **Arqueologia e Identidade**. Lisboa, 2008 (digital).

WASSERMAN, C. A Historiografia Latino-Americana da Questão Nacional: nações inacabadas; inimigos da nação e a ontologia da nacionalidade. IN: MALERBA, J.; ROJAS, C.A.A. (Orgs.). **Historiografia Contemporânea em Perspectiva Crítica**. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T.T. (Org.) **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 9ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.